



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**MACAPÁ**

**2014**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição da República de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Instrução Normativa TCU nº. 72/2013, na Resolução nº 234/2010, na Resolução nº 244/2011 da Decisão Normativa TCU nº. 127/2013, da Decisão Normativa TCU nº. 132/2013 (com alterações da Decisão Normativa TCU 129/2013) e da Portaria TCU nº. 175/2013.

**MACAPÁ**

**2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	16
1.3. Organograma Funcional Simplificado.....	17
1.3.1. Organograma PROGRAD .....	18
1.3.2. Organograma PROPESPG.....	18
1.3.3. Organograma PROEAC.....	19
1.3.4. Organograma PROCRI.....	19
1.3.5. Organograma PROPLAN .....	20
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	28
1.5. Macroprocessos de apoio.....	30
1.6. Principais Parceiros .....	30
2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	31
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	31
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	32
2.2.3. Ações.....	32
2.2.3.1. Ações - OFSS .....	32
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....	48
3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	48
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	48
3.1. Estrutura de Governança .....	48
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	48
3.4. Sistema de Correição .....	50
3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU .....	50
3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	50
4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	51
4.1. Execução das despesas .....	51
4.1.1. Programação .....	51
4.1.1.1. Análise Crítica.....	51
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	52
4.1.3 Realização da Despesa.....	53
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total ...	53
4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	55

4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	56
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	57
4.1.3.7.	Análise crítica da realização da despesa .....	58
4.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	59
4.3.1	Análise Crítica .....	59
5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	61
5.	<b>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS</b>	
	<b>RELACIONADOS.....</b>	<b>61</b>
5.1	Estrutura de pessoal da unidade .....	61
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	61
5.1.1.1	Lotação .....	61
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada .....	62
5.1.2.	Qualificação da Força de Trabalho.....	63
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções .....	63
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	64
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade .....	65
5.1.3.	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	66
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	67
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	67
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada .....	67
5.1.5	Cadastramento no Sisac .....	67
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC .....	67
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU .....	67
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	68
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	68
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	68
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	69
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários .....	71
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	71

5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	72
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 .....	73
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários .....	73
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	73
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	73
6.1.	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	73
6.2	Gestão do Patrimônio .....	74
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	74
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	75
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros .....	77
7	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013. ....	77
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	77
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	77
8	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013 .....	80
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	80
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	80
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	81
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	82
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	82
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	82
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	85
9.2	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	91
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	91
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	95
9.3.	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	103
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	103
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	103
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações .....	104
9.6	Alimentação SIASG E SICONV .....	105
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	106
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	106
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. (DEFIN).....	106

11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	106
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	107
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	107
12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	107
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	107
12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	107
18 Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013. ....	110
18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores.....	110
18.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES .....	111
18.3. Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES .....	111
18.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	113

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AG – Alunos de Graduação  
 AGE – Alunos Graduação Equivalente  
 AGTI – Alunos de Graduação Tempo Integral  
 ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
 ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
 APG – Alunos de Pós-Graduação  
 APGTI – Alunos Pós-Graduação Tempo Integral  
 AUDINT – Auditoria Interna  
 BIC – Biblioteca Central  
 CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
 CGU – Controladoria Geral da União  
 CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
 CONDIR – Conselho Diretor  
 CONSU – Conselho Superior  
 CPL – Comissão Permanente de Licitação  
 CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
 CVS/AP – Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Amapá  
 DACE – Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis  
 DAE – Departamento de Apoio ao Ensino  
 DAP – Departamento de Administração de Pessoal  
 DDP – Departamento de Desenvolvimento de Pessoas  
 DEAVI – Departamento de Avaliação  
 DEFIN – Departamento Financeiro  
 DEINFES – Departamento de Informações Institucionais e Estatística  
 DEPAG – Departamento de Administração Geral  
 DEPLAN – Departamento de Planejamento  
 DEPSEC – Departamento de Processos Seletivos e Concursos  
 DERCA – Departamento de Registro e Controle Acadêmico  
 DEX – Departamento de Extensão  
 DINTER – Doutorado Interinstitucional  
 DPG – Departamento de Pós-Graduação  
 DPQ – Departamento de Pesquisa  
 DS – Departamento de Saúde  
 EAD – Ensino a Distância  
 EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
 ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio  
 FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
 FNS – Fundo Nacional de Saúde  
 FUNPEA – Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias  
 GEAP – Fundação de Seguridade Social  
 GEPG – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação  
 GPE – Grau de Participação Estudantil  
 IFES – Instituição Federal de Ensino Superior  
 IMES – Instituto Macapaense de Ensino Superior IES – Instituição de Ensino Superior  
 INSS – Instituto Nacional de Seguro Social  
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
 IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente

LACEN – Laboratório Central  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação  
MPOG – Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão  
NITT – Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica  
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação  
OGU – Orçamento Geral da União  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores  
PASEP – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público  
PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos  
PCU – Prefeitura do Campus Universitário  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PPI – Projeto Político-pedagógico Institucional  
PROAD – Pró-Reitoria de Administração  
PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo  
PROCRI – Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais  
PROEAC – Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias  
PROFMAT – Mestrado Profissional em Matemática  
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
PROGRAD – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
PROJUR – Procuradoria Jurídica  
PROLIND – Programa de Licenciatura Intercultural Indígena  
PROPESPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento  
RAAAI – Relatório anual de atividades de auditoria interna  
RAINT – Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna  
REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática  
REUNI – Plano de Estruturação e Expansão das IFES  
RP – Restos a Pagar  
RPs – Restos a Pagar  
SEB – Secretaria de Educação Básica  
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
SESAI – Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá e Norte do Pará - Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SESC – Serviço Social do Comércio  
SESU – Secretaria de Educação Superior  
SETAP – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado do Amapá  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal  
SIASS – Sistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISAC – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões  
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
SPO – Sub Secretaria de Planejamento e Orçamento  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
TJAP – Tribunal de Justiça do Estado do Amapá



TSG – Taxa de Sucesso na Graduação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFG – Universidade Federal de Goiás

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UMAP – Universidade da Maturidade

UNIAFRO – Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UO – Unidade Orçamentária

UPV – Universidade Pré-Vestibular

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	15
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	93
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	95
Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada .....	107
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS .....	32
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	48
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas .....	51
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa .....	52
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total .....	53
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total ....	55
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação .....	56
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	57
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	59
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	61
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	62
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	63
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 .	64
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12 .....	65
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	66
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro .....	67
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	67
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007 .....	67
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	67
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	68
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva...	71
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	72
Quadro A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários .....	73

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	74
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .....	75
Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ....	77
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada .....	77
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	80
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	81
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	82
Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes em Atendimento no Exercício .....	85
Quadro A.9.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	91
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	103
Quadro A.9.6 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV .....	105
Quadro B.6.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.....	110
Quadro B.6.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002 .....	111
Quadro B.6.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	113

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão pretende divulgar as atividades e respectivos indicadores da Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) pertinente ao Exercício de 2013.

A elaboração ocorreu de acordo com as disposições previstas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Instrução Normativa TCU nº. 72/2013, na Resolução nº 234/2010, na Resolução nº 244/2011, na Decisão Normativa TCU nº. 127/2013 (com alterações da Decisão Normativa TCU 129/2013) e na Portaria TCU nº. 175/2013.

Alguns itens, subitens e quadros descritos na Portaria 175/2013 do TCU não foram abordados, conforme demonstrado a seguir:

- 2.2.1 - programa temático, 2.2.2 - objetivo, 2.2.3.2 - ações/subtítulos – OFSS, 2.2.3 – ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar não processados – OFSS, 2.2.3.4 - ações do orçamento de investimento OFSS e 2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI.
- 3.3 - remuneração paga à administradores, 3.3.1 - política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal; 3.3.2 - demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos; 3.3.3 - demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos; 3.3.4 - demonstrativo da remuneração variável dos administradores (não se aplica a natureza jurídica da UNIFAP as informações contempladas no item);
  - Quadros A.4.1.2.1- movimentação orçamentária interna por grupo de despesa, A.4.1.3.2 - despesas por modalidade de contratação – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ, A.4.1.3.4 - despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ (não se aplicam);
    - 4.2 - reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, 4.4 – transferência de recursos, 4.5 - suprimimento de fundos (não ocorreram);
    - 4.6 - renúncias sob a gestão da UJ (não se aplica);
    - 4.7 Gestão de Precatórios (não ocorreu);
    - 5.1.5.4 - atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico (não ocorreu);
    - 5.2.1 - informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão (não ocorreram);
    - 5.2.2 - autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados (não ocorreram no exercício de 2013);
    - 6.2.3- discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ (não se aplica);
    - 11.2.1 - declaração plena (não foi preenchida nesse exercício, visto que a UNIFAP se enquadrava na Declaração com Ressalva);
    - 11.3 - demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, 11.4 – demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976, 11.5 – composição acionária das empresas estatais, 11.6 - relatório da auditoria independente (não se aplicam).

No que se refere ao subitem 2.2.3.5 - análise situacional, a mesma foi realizada após o quadro de cada ação. Da mesma forma optou-se em proceder com o subitem 4.1.3 - realização da despesa, cuja análise referente aos quadros que se aplicavam a esta IFES foi feita imediatamente após cada um deles.

Na Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins – foram abordadas somente as informações referentes a 18.1 indicadores de desempenho das IFES nos termos da Decisão TCU Nº 408/2002 – Plenário e modificações posteriores, 18.2 resultado dos indicadores de desempenho das IFES, 18.3 análise dos resultados dos indicadores de

desempenho das IFES e 18.4 relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio, os demais não se referem à natureza da UNIFAP.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO  
RELATÓRIO DE GESTÃO**

# 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

## 1.1 IDENTIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA

### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

#### Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação (MEC)			Código SIORG: 1710
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Universidade Federal do Amapá			
Denominação Abreviada: UNIFAP			
Código SIORG: 1710		Código LOA: 26286	
Código SIAFI: 154215		Código SIAFI: 154215	
Natureza Jurídica: Fundação			CNPJ: 34.868.257/0001-81
Principal Atividade: Ensino, Pesquisa e Extensão			Código CNAE: 8531700
Telefones/Fax de contato:		(96) 3312-1702	(99) 3312-1703
(96) 3312-1706			
Endereço Eletrônico: reitor@unifap.br			
Página na Internet: <a href="http://www.unifap.br">http://www.unifap.br</a>			
Endereço Postal: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 02 - s/n, Bairro Jardim Marco Zero - Macapá -AP, CEP 68.903-419			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986 e criada pelo Decreto nº 98.997, de 02 de março de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto: Portaria nº 1.053, de 12 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 14 de julho de 1999.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria Ministerial nº 868/90, de acordo com o Parecer nº 649/90-SESu, aprovado em 09.08.1990 e publicado na Documenta MRC nº 35.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
154215		Fundação Universidade Federal do Amapá	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
154215		Fundação Universidade Federal do Amapá	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
154215		15278	

Fonte: PROPLAN

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

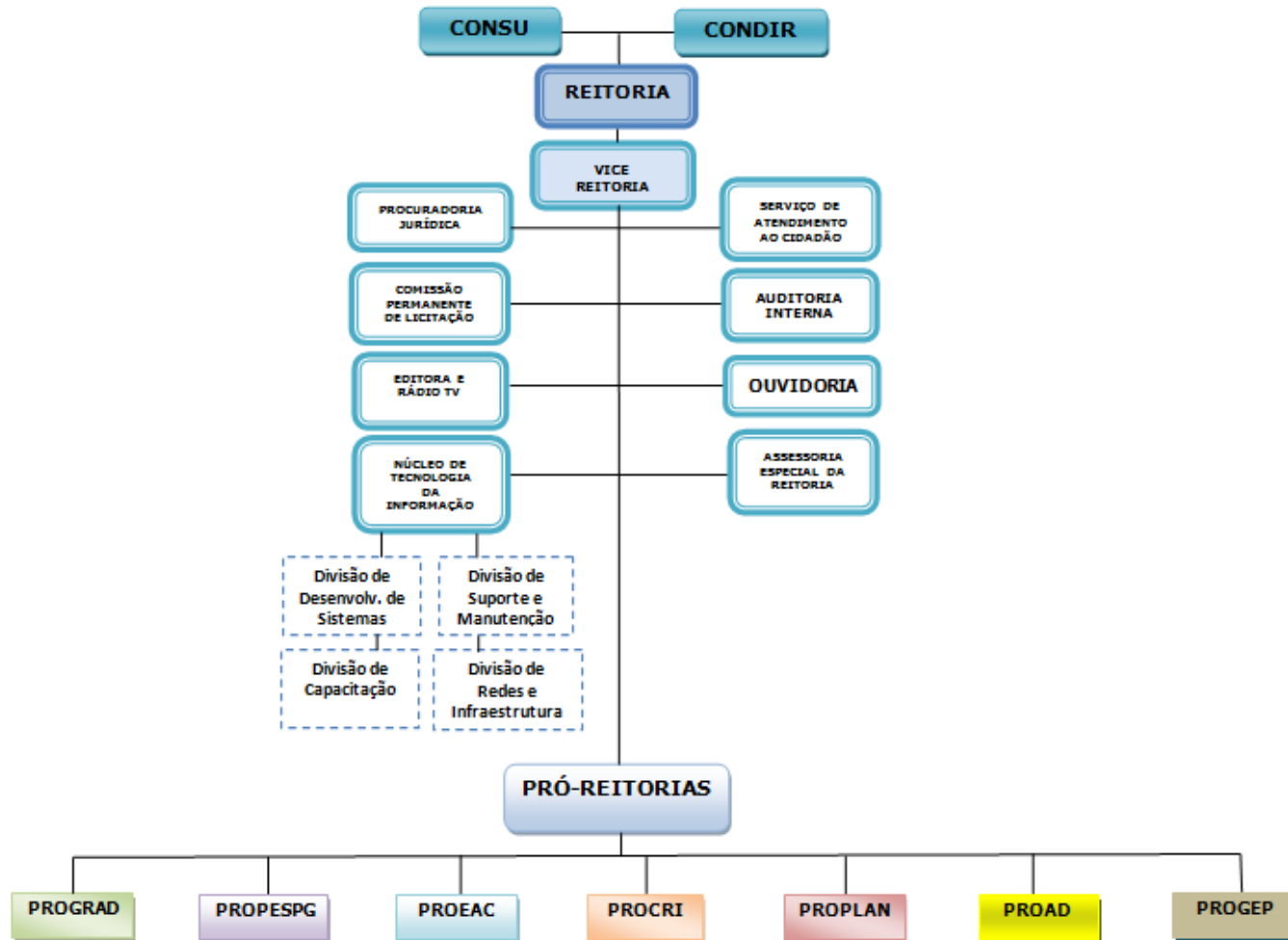
A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), é uma Instituição de Ensino Superior (IES), autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, tem por missão ser uma fonte geradora de saberes e práticas nas diversas áreas do conhecimento por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o desenvolvimento regional amazônico.

Conforme estabelecido no Artigo 3º de seu Estatuto, a UNIFAP tem as seguintes atribuições:

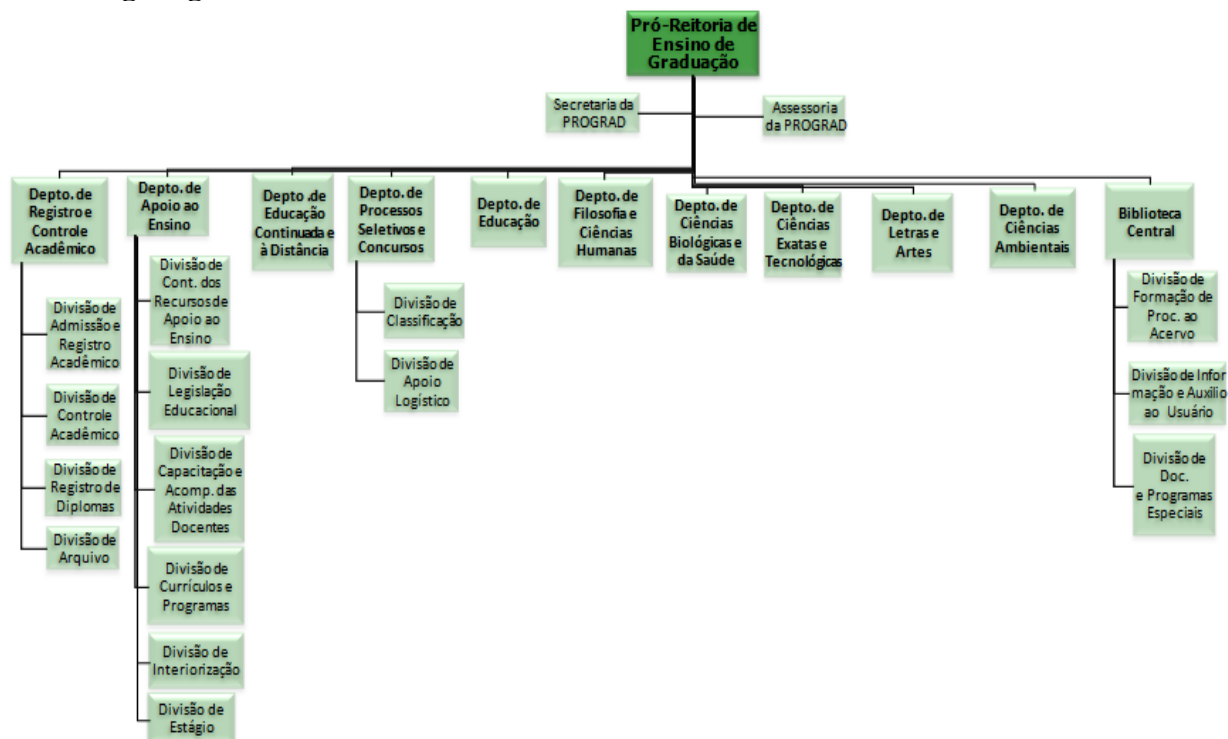
- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade amapaense e brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, tecnologia, criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os do Estado, da região e da nação, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Universidade;
- VIII. incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema amazônico;
- IX. colaborar com entidades públicas e privadas através de estudos, projetos, pesquisas e serviços com vistas à solução de problemas regionais e nacionais sem perder de vista os valores étnicos, ecológicos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região;
- X. contribuir para a formação da consciência cívica nacional, com base em princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, considerando o caráter universal do saber.



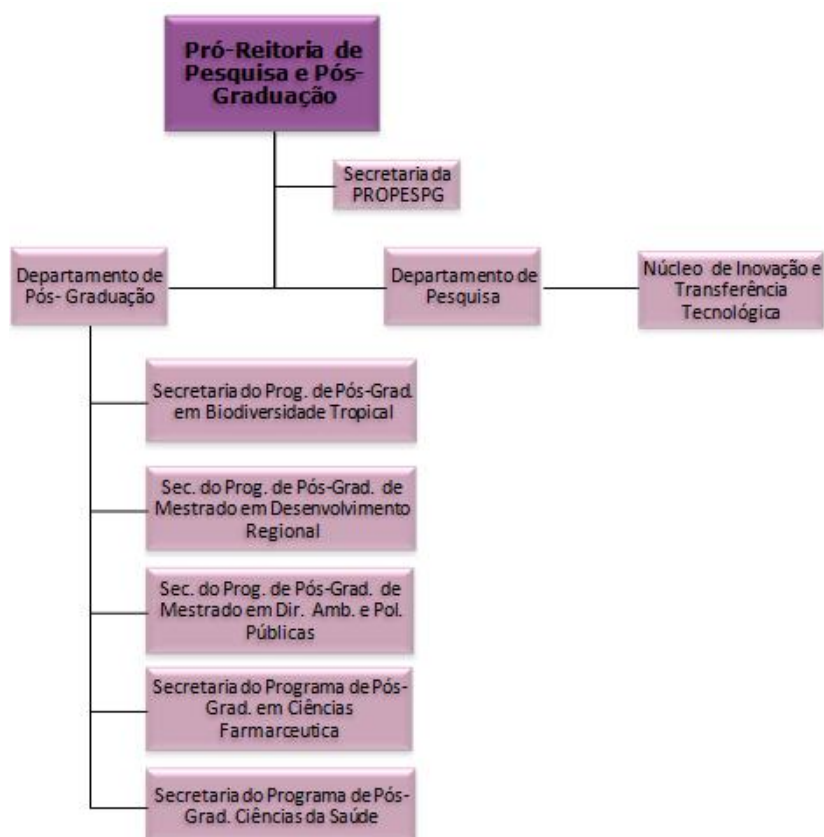
### 1.3. Organograma Funcional Simplificado



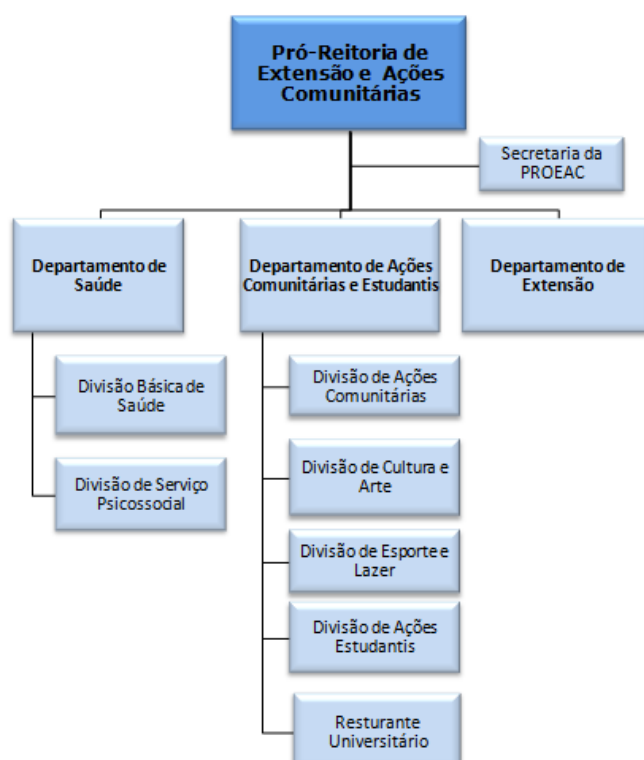
### 1.3.1. Organograma PROGRAD



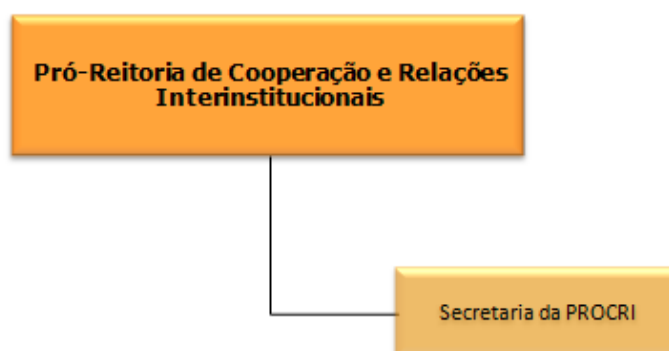
### 1.3.2. Organograma PROPESPG



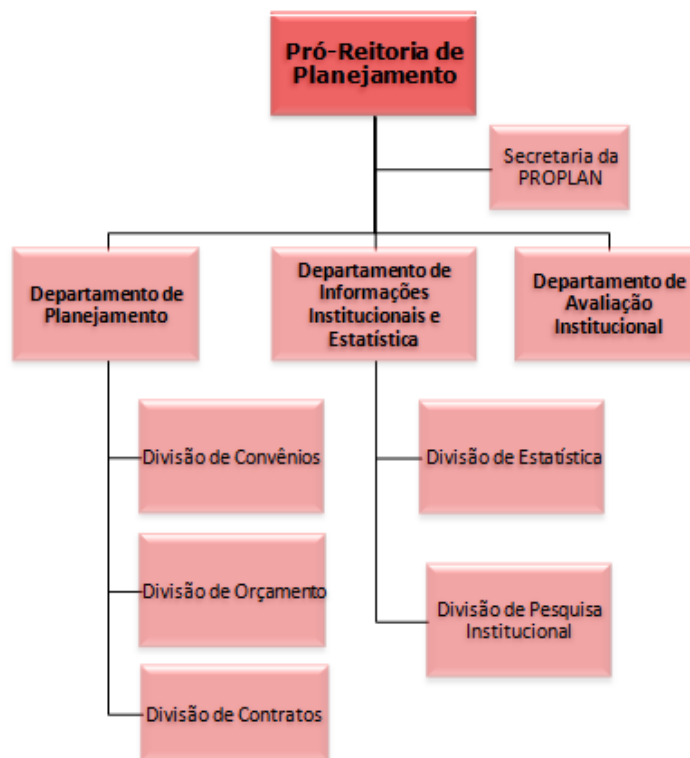
### 1.3.3. Organograma PROEAC



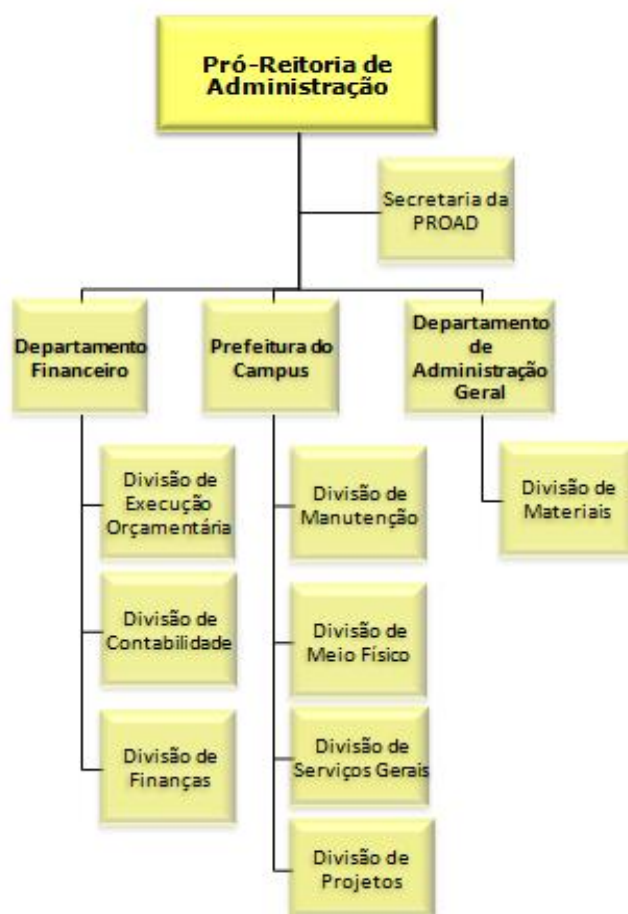
### 1.3.4. Organograma PROCRI



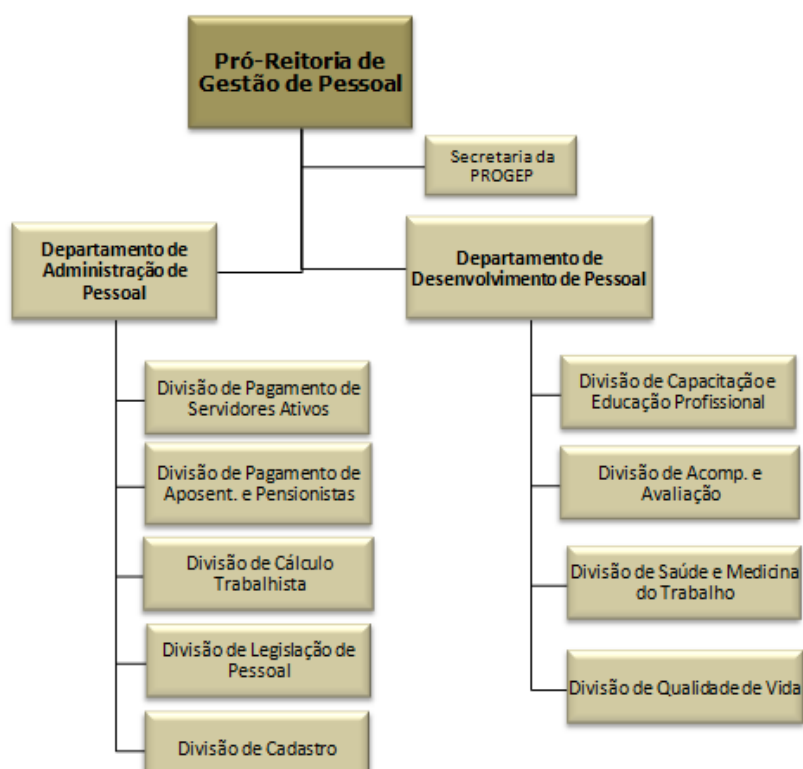
### 1.3.5. Organograma PROPLAN



### 1.3.6 Organograma PROAD



### 1.3.7. Organograma PROGEP



## **COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA UNIFAP**

### **CONSELHO SUPERIOR (CONSU)**

Formula a política geral da Universidade e traça diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar; aprova o Regimento Geral da Universidade, aprova as modificações do Estatuto da Universidade; do plano de desenvolvimento institucional e o projeto político-pedagógico institucional; decide sobre a criação, incorporação, modificação, extinção ou suspensão temporária de cursos; homologa a indicação feita pelo Reitor de qualquer pessoa que não faça parte do quadro efetivo desta IFES para nela desempenhar cargos ou funções; aprova a programação dos cursos, no que tange ao projeto pedagógico de cada um deles.

### **CONSELHO DIRETOR (CONDIR)**

Estabelece normas para execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade; aprova as propostas orçamentárias anual e plurianual; aprova o relatório anual de atividades e tomada de contas do reitor; acompanha e fiscaliza a execução orçamentária da Universidade.

### **REITORIA**

Representa a UNIFAP, em juízo ou fora dele; convoca e preside as reuniões do CONSU e do CONDIR, bem como as demais reuniões dos órgãos colegiados da UNIFAP a que comparecer; confere grau e assina diploma de graduação e pós-graduação; coordena as atividades universitárias; submete ao CONDIR, para apreciação e parecer, a proposta orçamentária da UNIFAP; nomeia, empossa, promove, elogia, transfere, pune, dispensa, destitui e exonera servidores, observada a legislação pertinente; dá posse aos Pró-Reitores e Diretores de Departamento; homologa os planos anual e plurianual da Universidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o projeto político-pedagógico institucional (PPI), após aprovação pelo CONSU; designa e dispensa os titulares de cargos de direção e funções gratificadas; cumpre e faz cumprir as decisões dos órgãos colegiados, bem como a execução dos planos e orçamento aprovados; promove o intercâmbio da Universidade com a comunidade e com instituições congêneres; desempenha quaisquer outras atribuições inerentes à função de Reitor, previstas legalmente.

### **VICE-REITORIA**

Substituir o Reitor em suas faltas, seus impedimentos ou vacância, bem como auxiliá-lo em caráter permanente.

### **PROCURADORIA JURÍDICA (PROJUR)**

Presta assessoramento à reitoria em assuntos de natureza jurídica; mantém atualizados os arquivos de legislação de interesse da UNIFAP, em especial jurisprudência, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redige peças e solicita documentação destinada a instruir processos judiciais; emite pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representa a UNIFAP em juízo, mediante autorização do Reitor.

### **AUDITORIA INTERNA (AUDINT)**

Acompanha o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da UNIFAP, a execução dos programas e do orçamento; assessora os gestores no acompanhamento da execução dos programas pertinentes, com o objetivo de comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e adequação do gerenciamento; examina e emite parecer prévio sobre a prestação de contas anual da UNIFAP; acompanha a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU); comunica tempestivamente à Secretaria Federal de Controle Interno, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário, após dar ciência à direção da

entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, sob o ponto de vista administrativo, para o ressarcimento devido; examina e acompanha as operações contratuais relativas à receita e à despesa, assim como de convênios, acordos, ajustes e outros; propõe a instauração de processo administrativo, quando da ocorrência de indícios e evidências de irregularidades; propõe tomada de contas, quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu alguma falha, desvio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Universidade; apresenta relatórios periódicos dos trabalhos realizados, ressaltando as falhas eventualmente encontradas; elabora o Plano Plurianual de Atividades de Auditoria Interna (PPAAI) do exercício seguinte; e elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAAAI) para encaminhamento à unidade de controle interno em que estiver jurisdicionado.

### **EDITORA/RÁDIO E TV UNIVERSITÁRIA**

Incentiva a produção e a divulgação de trabalho intelectual, seja ele científico, didático, técnico, literário, artístico ou outros; edita as publicações da UNIFAP; desenvolve atividades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão; promove intercâmbio bibliográfico com outras Universidades, bibliotecas e entidades congêneres; normatiza as publicações por ela editadas de acordo com as normas nacionais e internacionais; revisa a matéria publicada, anotando os erros e omissões e providencia sua republicação; e distribui e/ou comercializa os exemplares das publicações editadas.

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)**

Apoia e assessora à Reitoria nas licitações promovidas pela administração, em conformidade com o disposto na legislação federal pertinente.

### **NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NTI)**

Participa da elaboração do plano global de desenvolvimento da UNIFAP; organiza, gerencia e controla todos os esforços e iniciativas de utilização da tecnologia da informação e comunicação nos processos meio e fim da UNIFAP; desenvolve e mantém ferramentas automatizadas (sistemas) que forneçam informações a todos os setores da instituição; cuida da segurança das informações da UNIFAP veiculadas em meio magnético e capacitar os usuários da instituição no uso de tecnologia da informação de forma adequada; elabora e executa projetos de TIC.

### **PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)**

Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.

### **DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO (DERCA)**

Elabora, anualmente, juntamente com a PROGRAD, o calendário acadêmico; procede ao registro e o controle acadêmico; analisa e emite parecer sobre solicitação de transferência obrigatória e facultativa e reabertura de matrícula.

### **DEPARTAMENTO DE APOIO AO ENSINO**

Assessora o Pró-Reitor na coordenação geral dos cursos de graduação; estabelece diretrizes gerais para análise e reformulação dos cursos de graduação; orienta e supervisiona os coordenadores de cursos quanto às modificações curriculares; colabora com a elaboração do Catálogo Institucional da UNIFAP; emite parecer técnico sobre a distribuição de carga horária docente nos diversos departamentos de área, para fins de remoção, transferência, mudança de regime de trabalho e abertura de concurso para novos docentes; emite parecer técnico sobre as modificações curriculares; presta informações aos demais órgãos da PROGRAD sobre a situação



dos docentes em afastamento para pós-graduação; e define, com os demais órgãos da PROGRAD, a política de educação continuada e à distância da UNIFAP.

#### **DEPARTAMENTO DE PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS (DEPSEC)**

Realiza os processos seletivos e concursos para ingresso na UNIFAP ou em outras instituições; planeja, coordena e acompanha as diversas fases referentes às formas de acesso aos cursos de graduação; e propõe, sempre que necessárias alterações à execução dos processos seletivos.

#### **DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS (de Educação Continuada e à Distância de Educação, de Filosofia e Ciências Humanas, de Ciências Biológicas e da Saúde, de Ciências Exatas e Tecnológicas, Letras e Artes e de Ciências Ambientais)**

Providencia os registros dos atos do conselho departamental; superintender, consoante as deliberações do conselho departamental, as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos diversos cursos, programas e projetos; propõe ao Conselho Departamental a suspensão, extinção e criação de cursos, programas e projetos na área de sua atuação; encaminha, aos órgãos competentes da administração superior da UNIFAP, o relatório anual de atividades do departamento; constitui comissões e grupos de trabalho para tarefas específicas; apresenta, ao Conselho Departamental, o plano anual de atividades, com o respectivo orçamento; propõe, ao Conselho Departamental, a celebração de convênios com outras instituições nacionais ou estrangeiras, para efeito de realização de estágios curriculares, eventos, cursos, programas e projetos e supervisiona a política de estágio curricular dos cursos.

#### **BIBLIOTECA CENTRAL (BIC)**

Organiza, mantém atualizado e divulga o acervo bibliográfico e de audiovisual sobre assuntos necessários aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UNIFAP; executa serviços bibliográficos e fornece informações destinadas aos docentes, discentes, pesquisadores e corpo técnico-administrativo, contribuindo para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade; desenvolve programas de treinamento de usuários, com vistas a promover a integração entre a biblioteca e a comunidade universitária.

#### **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPESPG)**

Define a política de pesquisa e pós-graduação da Universidade; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe à Reitoria os planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação de cursos de pós-graduação.

#### **DEPARTAMENTO DE PESQUISA (DPq)**

Executa a política de pesquisa aprovada pelos órgãos competentes da Universidade; coordena a execução dos programas de pesquisa; orienta os coordenadores de programas na condução, execução, acompanhamento e divulgação da pesquisa; elabora as normas para o funcionamento da pesquisa na UNIFAP.

#### **NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA (NITT)**

Elabora e zela pela manutenção de políticas institucionais de proteção do desenvolvimento e dos resultados de pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito da UNIFAP; promove e opina para que haja uma adequada proteção das invenções geradas no âmbito da UNIFAP ou na comunidade; promove a integração da UNIFAP com a comunidade para geração e transferência de tecnologia.

### **DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO (DPG)**

Executa a política de pós-graduação aprovada pelos Conselhos da Universidade; direciona a ação dos cursos de pós-graduação; elabora as normas para o funcionamento da pós-graduação na UNIFAP.

### **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS (PROEAC)**

Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP.

### **DEPARTAMENTO DE SAÚDE (DS)**

Administra a Unidade Básica de Saúde; realiza atendimento psicossocial ao estudante como objetivo elaborar e promover ações, junto à demanda acadêmica, através de orientações e encaminhamentos.

### **DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS E ESTUDANTIS (DACE)**

Traça o perfil do aluno e do servidor, visando à identificação de necessidades socioeconômicas; elabora e divulga informações básicas sobre a UNIFAP para os alunos; apoia a execução de eventos de cunho cultural, científico e esportivo, bem como ações que oportunizem a reflexão sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

### **DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO (DEX)**

Estabelece políticas, programas e metas de extensão, baseados nas propostas oriundas dos Colegiados de Cursos; mantém a academia e demais instâncias informadas sobre o andamento das atividades de extensão; oficializa junto à Coordenadoria de Ensino de Graduação a carga horária destinada às atividades de extensão aprovadas pelos colegiados e departamentos.

### **PRÓ-REITORIA DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS (PROCRI)**

Assessora e coordena as ações da Reitoria e demais Unidades/Departamentos Acadêmicos, na construção e viabilização da cooperação técnico-científica nacional e internacional; identifica e representa a ponte de interação entre a Universidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão; identifica as agências de financiamento para elaboração de convênios técnico-científicos; divulga e informa para a comunidade acadêmica a realização de cursos, simpósios, congressos, seminários e outros eventos nacionais e internacionais; estimula a troca de experiências entre professores e alunos da UNIFAP com outros pares das universidades nacionais e internacionais; promove a integração internacional das ofertas de graduação, de pós-graduação "*lato sensu*" e "*stricto sensu*", em todas as áreas do conhecimento; edita, semestralmente, o Boletim da PROCRI informando à comunidade universitária sobre os cursos, seminários, ofertas de bolsas de estudo, simpósios e congressos nacionais e internacionais; apoia todos os professores/alunos provenientes de outros países que estejam estudando/trabalhando na UNIFAP; estabelece o diálogo com instituições de natureza acadêmica – como universidades e institutos de pesquisa – com órgãos governamentais – como embaixadas, consulados e agências internacionais. Em conjunto com o desenvolvimento de parcerias internacionais, mantém uma rede nacional de relacionamentos que inclui o MEC/SESu, o Ministério das Relações Exteriores, agências de fomento como a CAPES e o CNPq; encarrega-se da recepção de delegações estrangeiras e da representação da UNIFAP no Brasil e no exterior; ocupa-se de programa de mobilidade acadêmica; divulga projetos, oportunidades de intercâmbio, bolsas etc. em âmbito intra e interuniversitário; administra projetos que visem à promoção da atividade de intercâmbio entre os quadros discente, docente e técnico-administrativo; colabora na tradução e interpretação de textos em língua estrangeira necessários à realização dos trabalhos de cooperação e relações.

### **PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO (PROPLAN)**

Planeja, coordena e organiza ações com vistas a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade; assessora na formulação e no acompanhamento de diretrizes e metas para o desenvolvimento didático, científico e administrativo da Universidade; coordena as atividades de acompanhamento, avaliação e modernização institucional, propondo medidas corretivas ou preventivas quanto ao funcionamento dos canais de comunicação interna, o fluxo de documentos e processos; elabora, em parceria com os demais órgãos e unidades da Universidade, estudos de racionalização administrativa, de melhoria de processos e de aperfeiçoamento da estrutura organizacional da instituição; promove a captação, atualização, análise, organização e disponibilização de dados institucionais, estatísticas e indicadores de desempenho da instituição; coordena e assessora os demais órgãos e unidades da Universidade na formulação e gestão de projetos institucionais; coordenar a elaboração dos relatórios de gestão, relatório anual de atividades e demais relatórios que sejam julgados relevantes; elabora e acompanha o planejamento e controle da matriz orçamentária e de custos; elabora, estuda e propõe, permanentemente, adequação da estrutura organizacional da Instituição; monitora as ações com vistas à avaliação institucional.

### **DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO (DEPLAN)**

Coordena, monitora, avalia e propõe ações corretivas ao planejamento estratégico e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); coordena as atividades de elaboração do plano de trabalho; apoia as atividades de planejamento das Unidades; efetua estudos relativos à estrutura administrativa; elabora o Relatório Anual de Gestão, Relatório de Atividades e outros relatórios referentes ao desempenho institucional da UNIFAP; coordena estudos, elabora projetos e subsidia a Administração Superior em políticas para o desenvolvimento institucional; desenvolve, aperfeiçoa e difunde técnicas e métodos de planejamento e elabora a matriz orçamentária anual da UNIFAP.

### **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E ESTATÍSTICA (DEINFES)**

Elabora dados estatísticos e indicadores de gestão relacionados a alunos, professores, técnico-administrativos e outras variáveis que sejam relevantes para a mensuração do desempenho da UNIFAP; - Estudar formas de consolidar informações institucionais, atualizando e revisando dados estatísticos no site da UNIFAP; presta informações e manter atualizados os dados nos sistemas relativos à gestão da Educação Superior, tais como: Censo da Educação Superior; Cadastro da Educação Superior, Cadastro Nacional de Docentes, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Plataforma Integrada para Gestão das IFES (PINGIFES) .

### **DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (DEAVI)**

Colabora com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo de avaliação institucional; auxilia na elaboração do PDI; gera processo permanente de avaliação institucional visando o aperfeiçoamento da gestão universitária, de modo a dar transparência dos resultados institucionais à sociedade.

### **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)**

Define a política de Administração da Universidade; promove a execução financeira; responsabiliza-se pelas questões de infraestrutura e aquisição de materiais para os *Campi*.

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DEFIN)**

Supervisiona, coordena e executa as atividades financeiras e contábeis no âmbito da Universidade; controla processos para fins de pagamento, obedecendo às disposições que regulam o assunto e às limitações orçamentárias; fiscaliza a utilização dos recursos financeiros; mantém o equilíbrio entre receita e despesa.

**PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO (PCU)**

Elabora o plano anual de trabalho para pequenas obras e serviços necessários à manutenção, reparo, conservação e limpeza dos imóveis da Universidade; fornece todas as informações que forem solicitadas, visando a subsidiar o plano de expansão física dos campi; responsabiliza-se pelo bom funcionamento das instalações da infraestrutura dos campi; coordena as atividades de transporte; zela pela limpeza, segurança e conservação dos campi; responsabiliza-se pela manutenção e conservação; fiscaliza a utilização das edificações e ambientes da UNIFAP.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DEPAG)**

Coordena as atividades da Divisão de Material (DIMAT), serviços de Almoxarifado, Patrimônio e Protocolo; assessora a PROAP.

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)**

Planeja, coordena, orienta, promove a execução, acompanha políticas de Gestão de Pessoas; gere o sistema de gestão de pessoas no âmbito da UNIFAP; promove as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão; assessora o Reitor nos assuntos de gestão de pessoas no âmbito da UNIFAP.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (DAP)**

Mantém atualizados os registros referentes à vida funcional de servidores e pensionistas da UNIFAP, visando à garantia de seus direitos e deveres; subsidia, com informações precisas e just-in-time, o processo decisório nos vários níveis hierárquicos da Instituição; formula diretrizes, exara pareceres, responde a consultas, efetua a classificação de cargos e funções e realiza pagamento e registro do pessoal da Universidade em articulação com o Sistema de Pessoal da Administração Federal.

**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (DDP)**

Gere as ações relativas à: planejamento, acompanhamento, capacitação e avaliação dos servidores da UNIFAP; mobilidade interna dos servidores técnico-administrativos e recepção, integração e socialização de novos servidores.

**Observação:** Informamos que foi designada uma comissão para desencadear o processo de reformulação do Estatuto e Regimento da UNIFAP mediante a participação da comunidade acadêmica e sociedade civil, denominada Comissão Estatuinte, visando reformular e adequar o Estatuto e Regimento à nova estrutura da UNIFAP.

**1.4. Macroprocessos Finalísticos**

Os macroprocessos finalísticos da IFES estão relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme descrito a seguir.

- **Ensino**

No âmbito da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), destacam-se os seguintes pontos:

- no *Campus* Marco Zero oferta de 05 novos cursos (Administração, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Fisioterapia e Teatro), com a expansão de 250 novas vagas.
- no *Campus* do Município de Mazagão está previsto para o início de julho de 2014 o início do funcionamento das atividades do Curso de Ciências Agrárias, com a oferta de 60 vagas.

- no *Campus* Binacional, no Município de Oiapoque, foram realizados Processos Seletivos para provimento de 670 vagas em 07 cursos de graduação (Ciências Biológicas, Direito, Enfermagem, Geografia, História, Letras e Pedagogia), sendo que 335 para ingresso no 1º semestre de 2014 e 335 para o 2º semestre de 2014;

- implantação de novas diretrizes para realização de Processos Seletivos para ingresso nos Cursos de Graduação, sendo a oferta de vagas dividida em 50% (cinquenta por cento) para preenchimento via ENEM e 50% (cinquenta por cento) via SISU.

A UNIFAP encerrou o ano de 2013 um quantitativo de 4.800 alunos matriculados, em média, com 219 concluintes.

A UNIFAP atua ainda na área da educação continuada e à distância, sendo que no ano de 2013 encontravam-se ativos 11 cursos, distribuídos nas modalidades de graduação (3), aperfeiçoamento (1) e especialização (7).

Na pós-graduação foram matriculados 225 alunos nos 5 Programas próprios desta IFES e defendidas 64 dissertações e 7 teses. A UNIFAP atua também como Instituição associada no Programa de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM), destinado à formação de pesquisadores na área, oferecido por meio da Associação em Rede (AR) de Instituições de Ensino Superior da Amazônia Legal Brasileira, intitulada Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC), e ainda nos Programas de Pós-Graduação em, como o Bionorte para a formação de Doutores nas áreas da Biodiversidade e Biotecnologia e do Doutorado em Inovação Farmacêutica em parceria com a UFG.

Ainda na pós-graduação destaca-se o Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) que é um programa gratuito, reconhecido pelo MEC/CAPES, destinado a professores do ensino médio de escolas públicas.

Concernente à pós-graduação, no ano de 2013 foram implantados 04 cursos de Doutorado Interinstitucional (DINTER) nas áreas de Sociologia, Direito, Enfermagem e Inovação Farmacêutica, com o intuito de qualificar o quadro de pessoal desta Instituição.

- **Pesquisa**

Na área de pesquisa, ressaltamos o cadastramento de 15 grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o registro de 104 projetos de pesquisa.

Com o intuito de fortalecer o programa de iniciação científica 78 acadêmicos foram contemplados com bolsas remuneradas e 31 se habilitaram no Programa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC).

- **Extensão e Ações Comunitárias**

No que se refere às atribuições da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), cabe salientar a publicação do Edital 020/2012, voltado às ações de extensão, que contemplou 10 projetos, com recurso individual de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) destinado ao pagamento de bolsistas, aquisição de material, serviços de terceiros e diárias. Foram ainda registrados 04 programas; 39 projetos, 10 cursos de curta duração e 3 de média duração e ainda realizados 39 eventos de extensão, em diversas áreas temáticas.

Esta Pró-Reitoria desenvolveu também ações voltadas ao apoio e permanência aos estudantes, através da concessão de 2.069 auxílios alimentação, 96 de moradia, 1.238 de fotocópia, 179 de planos de saúde/odontológico e 1.600 de transporte urbano/interurbano.

As principais dificuldades enfrentadas pela Instituição no exercício de 2013 foram: a demora na efetivação dos processos de compras de materiais; paralisação de obras voltadas ao atendimento dos cursos que seriam implantados nos *Campi* Marco Zero e Binacional (Oiapoque); atraso na liberação de recursos financeiros por parte do Ministério da Educação; falhas técnicas apresentadas nos processos licitatórios o que impediu a execução de empenhos; cancelamento da licitação da obra do Hospital Universitário em razão de vícios insanáveis no projeto arquitetônico e de engenharia, que causaria dificuldade de credenciamento da UNIFAP junto a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

### **1.5. Macroprocessos de apoio**

Com o objetivo de atender a consolidação e reestruturação dos cursos existentes, além da implantação de novos cursos, houve o ingresso de aproximadamente 265 novos servidores efetivos, entre docentes e técnico-administrativos, através de concurso público durante o ano de 2013.

Para dar suporte às atividades do ensino, foram assinados contratos para a execução das seguintes obras: Bloco de sala de aula no município em Tartarugalzinho, Casa do Estudante, Centro de Educação, Bloco do Curso de Fisioterapia, Prédio da Farmácia-Escola, Ampliação do Departamento de Letras, Bloco de sala de aula e urbanização para o Curso de Engenharia Elétrica, Conclusão do Prédio do DERCA e Reforma e Ampliação do Núcleo de Acessibilidade.

### **1.6. Principais Parceiros**

Para alcançar suas atividades finalísticas a UNIFAP mantém estreito relacionamento com o Ministério da Educação (MEC), órgão a que está vinculada e de onde recebe meios para aplicar em suas atividades através de descentralização de recursos.

Além disso, em 2013 a UNIFAP celebrou ainda Termos de Cooperação com outras instituições visando atender suas finalidades:

- Universidade das Antilhas e das Guianas;
- Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMES);
- Serviço Social do Comércio (SESC);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Laboratório Central (LACEN);
- Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Amapá (CVS/AP);
- Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá e Norte do Pará - Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Fundo Nacional de Saúde (FNS);
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Cabe destacar ainda as parcerias em âmbito local, entre as quais podemos destacar o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), o funcionamento do Posto Avançado do Juizado Sul, com a Vara do Juizado Especial Virtual Cível da Comarca de Macapá, que garante também a atuação de acadêmicos como estagiários voluntários.

Outra parceria que se reveste em prestação de serviços à comunidade foi estabelecida com as Secretarias de Saúde do Estado Amapá e do Município de Macapá, para o funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS), oportunidade de campos de estágios. Dentre os quais podemos citar: Secretarias de Estado da Saúde do Amapá e do Município de Macapá; Educação; Secretaria de Estado de Educação do Amapá e do Município de Macapá.

## **2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013**

### **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

#### **2.1. Planejamento da unidade**

O planejamento da UNIFAP tem sido norteado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) projetado para o período compreendido entre 2010-2014. As metas mais relevantes contidas neste documento, para o exercício de 2013, previam a contratação de 72 docentes, contratação de 60 técnico-administrativos e implantação de 02 cursos de graduação, com a criação de 100 novas vagas.

Cabe destacar que algumas das metas pactuadas no Programa de Apoio ao Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) estão em fase de consolidação, tais como a criação de 04 (quatro) novos cursos de graduação com início de aulas previstas para 2014, sendo ofertadas 250 vagas no total.

Outra grande meta foi à realização dos Processos Seletivos para preenchimento de vagas no *Campus* Oiapoque-Binacional, com a oferta de 07 (sete) novos cursos, totalizando 670 vagas.

Ressalte-se também a reestruturação organizacional, promovida com a criação das Pró-Reitorias de Planejamento (PROPLAN), de Gestão de Pessoas (PROGEP) e de Relações Interinstitucionais (PROCRI).

## 2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.3. Ações

#### 2.2.3.1. Ações - OFSS

#### Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2030.20RJ.0016			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.						
<b>Objetivo</b>	Incentivar e promover a formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação. <b>Código:</b> 368						
<b>Programa</b>	<b>Educação Básica</b>		<b>Código:</b> 2030	<b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	2.246.450,00	2.486.062,00	1.411.032,91	460.937,66	460.937,66	0,00	950.095,25
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001	Pessoa Beneficiada	unidade	1894	2011	2011		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
316.535,19	316.535,19	0,00	<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>0</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial



## **ANÁLISE CRÍTICA (AÇÃO 20RJ)**

A dotação inicial para esta ação foi no montante de R\$ 2.246.450,00 (dois milhões duzentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais), sendo R\$ 1.543.520,00 (um milhão quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais) para despesas de custeio e R\$ 702.930,00 (setecentos e dois mil novecentos e trinta reais). Em Julho houve uma suplementação através de crédito extraordinário, proveniente de superávit da União, fonte 0312000000, no valor de R\$ 239.612,00 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e doze reais), para despesas de custeio, totalizando esta Ação no valor de R\$ 2.486.062,00 (dois milhões quatrocentos e oitenta e seis mil e sessenta e dois reais).

Na execução foi empenhado o valor de R\$ 1.411.032,91 (um milhão quatrocentos e onze mil, trinta e dois reais e noventa e um centavo) que representa 57% (cinquenta e sete por cento) da dotação total.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 460.937,66 (quatrocentos e sessenta mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), finalizando o exercício com a inscrição em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 950.095,25 (novecentos e cinquenta mil noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), que representa 67% (sessenta e sete por cento) das despesas empenhadas. Ressaltamos que as notas de empenho começaram a ser emitidas a partir do mês de outubro, com a execução do curso **Pacto – Pró-Letramento**.

No início do exercício de 2013, o saldo da execução orçamentária de Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores foi de R\$ 316.535,19 (trezentos e dezesseis mil quinhentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos), e no decorrer do exercício houve a liquidação e pagamento no montante de R\$ 226.613,29 (duzentos e vinte e seis mil seiscentos e treze reais e vinte e nove centavos), restando um saldo de R\$ 89.921,90 (oitenta e nove mil novecentos e vinte e um reais e noventa centavos).

As despesas que exigiram maior aplicação de recursos, para as quais foram empenhados:

Serviços de Apoio ao Ensino - R\$ 860.016,40 (oitocentos e sessenta mil, dezesseis reais e quarenta centavos), para contratação de Fundação de Apoio para gestão de recursos financeiros do projeto PROCAMPO e PROLIND, nos Municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Oiapoque; Estagiários – R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), cuja execução iniciou no final do exercício; passagens aéreas – R\$ 135.400,00 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentos reais); Serviços de Fotocópia – R\$ 100.000,00 (cem mil reais), despesas que garantiram o início das atividades dos projetos: Educação Infantil, Educação Integral, Educação Quilombola e UNIAFRO.

As demais despesas de custeio totalizaram o valor empenhado de R\$ 150.616,51 (cento e cinquenta mil seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos).

No decorrer do exercício foi liquidado e pago o valor de R\$ 424.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil reais), sendo inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 436.016,40 (quatrocentos e trinta e seis mil dezesseis reais e quarenta centavos);

Quanto ao crédito de capital foi empenhado o valor de R\$ 48.274,95 (quarenta e oito mil duzentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), com a aquisição de equipamentos de processamento de dados.

Nota-se que a execução dos créditos orçamentários destinados para atender as despesas de capital, foi comprometida, pois foram utilizados somente cerca de 7% (sete por cento), diferente dos créditos de custeio que atingiram 88% (oitenta e oito por cento) de despesas empenhadas, viabilizando a sua execução dentro dos padrões normais.

A meta física prevista foi de 1894 pessoas beneficiadas, sendo atendidas 2011, através da aprovação pelo MEC dos seguintes Cursos: Educação Infantil: Infância e Artes Aperfeiçoamento (80), Educação Integral – Especialização (150), Educação Quilombola Aperfeiçoamento (100) e UNIAFRO Especialização (50). Além da formação de 1631 cursistas do Programa **Pacto – Pró-Letramento**.

Fatores que contribuíram para execução da ação: empenho das equipes que elaboraram os projetos dos cursos, participação das coordenações nas reuniões técnicas da SEB e SECADI.

Os aspectos que dificultaram a execução da ação: período da criação e estruturação do comitê gestor, demora na aprovação dos projetos dos cursos por parte do MEC.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.20GK.0016				<b>Tipo:</b> Orçamento Fiscal		
<b>Descrição</b>	Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino Pesquisa e Extensão						
<b>Objetivo</b>	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. <b>Código:</b> 364						
<b>Programa</b>	Educação Superior <b>Código:</b> 2032						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	2.360.244,00	2.360.244,00	1.652.969,00	255.387,20	255.387,20	0,00	1.397.581,80
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2993	Projeto Apoiado		unidade	22	33	33	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
1.247.637,57	1.210.721,01	36.916,53	<b>Projeto Apoiado</b>	<b>Unidade</b>	<b>33</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (20GK)

A dotação orçamentária autorizada para esta ação foi no valor de R\$ 2.360.344,00 (dois milhões trezentos e sessenta mil, duzentos e quarenta e quatro reais), desse montante R\$1.900.236,00 (um milhão, novecentos mil, duzentos e trinta e seis reais) foram provenientes de Emenda Parlamentar Individual, sendo R\$ 1.800.236,00 (um milhão oitocentos mil duzentos e trinta e seis reais) para despesas de Custeio e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para despesas de Capital.

Na matriz orçamentária, objetivando atender aos diversos projetos de extensão universitária, foi destinado o valor de R\$ 460.008,00 (quatrocentos e sessenta mil e oito reais), sendo R\$ 410.008,00 (quatrocentos e dez mil e oito reais) para despesas de Custeio e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para despesas de Capital.

As emendas parlamentares tinham a seguinte finalidade:

- R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para execução do Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental.
- R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para dar continuidade aos projetos intitulados UMAP (Universidade da Maturidade), UNIMULHER (Universidade da Mulher) e UPV (Universidade Pré-Vestibular), esse último desenvolvido não só na capital como também em alguns Municípios;

- R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de material permanente para os projetos de extensão universitária desta IFES.

Na execução desta ação foi empenhado o montante de R\$ 1.507.208,00 (um milhão quinhentos e sete mil duzentos e oito reais), de Custeio; e R\$ 145.761,00 (cento e quarenta e cinco mil setecentos e sessenta e um reais), de Capital; totalizando o valor de R\$ 1.652.969,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta e nove reais), que representa 70% (setenta por cento) da dotação destinada.

No decorrer do exercício foi liquidado e pago o valor de R\$ 255.387,20 (duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.397.581,80 (um milhão trezentos e noventa e sete mil quinhentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

Para a realização da referida ação estava previsto o apoio a 22 projetos, sendo executados 33, que contribuiriam definitivamente a reestruturação do Departamento de Extensão da UNIFAP, com o incremento de recursos disponíveis na LOA, aporte de recursos através de emendas parlamentares.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.20RK.0016			<b>Tipo:</b> Orçamento Fiscal			
<b>Descrição</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Objetivo</b>	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. <b>Código:</b> 364						
<b>Programa</b>	Educação Superior <b>Código:</b> 2032						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	13.255.313,00	19.653.311,00	18.096.623,04	8.609.419,91	8.529.708,34	0,00	9.487.203,13
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidad e de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
193	Aluno Matriculado		1	7351	4473	5361	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
4.185.166,14	4.124.184,54	60.981,60	Aluno Matriculado	Unidade	5361		

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (20RK)

A Dotação Inicial para esta ação totalizou o montante de R\$ 13.255.313,00 (treze milhões duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e treze reais) sendo R\$ 11.385.313,00 (onze milhões trezentos e oitenta e cinco mil trezentos e treze reais) para as demandas de custeio, e R\$ 1.870.000,00 (um milhão oitocentos e setenta mil reais) para despesas de capital.

Ressaltamos que nesta ação foram incluídas as seguintes emendas parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a finalidade de custear a execução do curso de Pós-Graduação em Legislação Educacional; e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para aplicação na Residência Médica, todas do grupo de despesa de custeio.

Posteriormente houve uma suplementação, proveniente de superávit da União, fonte 0312000000, no valor de R\$ 6.397.998,00 (seis milhões trezentos e noventa e sete mil novecentos e noventa e oito reais), sendo R\$ 1.482.333,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil trezentos e trinta e três reais) de custeio e R\$ 4.204.780,00 (quatro milhões duzentos e quatro mil setecentos e oitenta reais) de capital, tendo como dotação final o valor de R\$ 19.653.311,00 (dezenove milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil trezentos e onze reais). Ressaltamos também que houve a liberação de R\$ 710.885,00 (setecentos e dez mil oitocentos e oitenta e cinco reais), proveniente de superávit financeiro.

Na execução desta Ação foi empenhado o valor de R\$ 18.096.623,04 (dezoito milhões noventa e seis mil seiscentos e vinte e três reais e quatro centavos), sendo efetivamente liquidado R\$ 8.609.419,91 (oito milhões seiscentos e nove mil quatrocentos e dezenove reais e noventa e um centavos) e pago R\$ 8.529.708,34 (oito milhões quinhentos e vinte e nove mil setecentos e oito reais e trinta e quatro centavos), que representa cerca de 92% (noventa e dois por cento) da dotação total empenhada.

A Inscrição em Restos a Pagar Não Processados nesta ação totalizou o valor de R\$ 9.487.203,13 (nove milhões quatrocentos e oitenta e sete mil duzentos e três reais e treze centavos), o que representa 52% (cinquenta e dois por cento) da dotação total empenhada.

Ressaltamos que os recursos desta ação têm a finalidade de manter o funcionamento das IFES, onde, portanto, são empenhadas grande parte das despesas de custeio desta UJ, dentre as quais destacamos: Diárias à Servidor – R\$ 408.066,15 (quatrocentos e oito mil, sessenta e seis reais e quinze centavos); Diárias a Colaborador Eventual – R\$ 20.433,90 (vinte mil quatrocentos e trinta e três mil e noventa centavos); Passagens Aéreas – R\$ 632.746,06 (seiscentos e trinta e dois mil setecentos e quarenta e seis reais e seis centavos); Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 1.229.540,00 (um milhão duzentos e vinte e nove mil quinhentos e quarenta reais); Serviços de Seleção e Treinamento – R\$ 1.237.004,77 (um milhão duzentos e trinta e sete mil, quatro reais e setenta e sete centavos); Combustíveis e Lubrificantes – R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais); Manutenção de Veículos – R\$ 153.740,00 (cento e cinquenta e três mil setecentos e quarenta reais); Serviços de Energia Elétrica – R\$ 561.495,53 (quatrocentos e sessenta e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos); Serviços de Água Canalizada – R\$ 92.039,20 (noventa e dois mil trinta e nove reais e vinte centavos); Serviços de Telecomunicação – R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais); Serviços de Comunicação em Geral – R\$ 38.854,54 (trinta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos); Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos – R\$ 67.305,86 (sessenta e sete mil trezentos e cinco reais e oitenta e seis centavos); Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – R\$ 894.840,00 (oitocentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta centavos); Serviços de Vigilância Ostensiva – R\$ 2.376.525,15 (dois milhões trezentos e setenta e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais e quinze centavos); Serviços de Limpeza e Conservação Predial – R\$ 1.030.468,64 (um milhão trinta mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta quatro centavos); Publicação de Material no Diário Oficial da União – R\$ 67.372,00 (sessenta e sete mil trezentos e setenta e dois reais); Serviços Gráficos e Editoriais – R\$ 183.676,00 (cento e oitenta e três mil seiscentos e setenta e seis reais); Material Educacional e Cultural – R\$ 997.920,00 (novecentos e noventa e sete mil, novecentos e vinte reais); Material de Consumo – R\$ 137.482,24 (cento e trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos); Contribuição PIS/PASEP (folha de pessoal) – R\$ 479.581,09 (quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um mil e nove centavos); bem como outras despesas de custeio.

No tocante às despesas de Investimentos destacamos: Aquisição de Material Permanente, dentre os quais citamos: Equipamentos de Processamento de Dados – R\$ 2.049.737,20 (dois milhões quarenta e nove mil setecentos e trinta e sete reais e vinte centavos); Mobiliário em

Geral – R\$ 1.523.830,20 (um milhão quinhentos e vinte e três mil oitocentos e trinta reais e vinte centavos); Acervo Bibliográfico – R\$ 695.670,00 (seiscentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta reais); Obras em andamento – R\$ 1.018.411,46 (um milhão dezoito mil quatrocentos e onze reais e quarenta e seis centavos); Veículo de Tração Mecânica – R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), demais despesas de capital no valor de R\$ 700.273,93 (setecentos mil duzentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), totalizando despesas de Investimento nesta ação no valor de R\$ 6.116.922,79 (seis milhões cento e dezesseis mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos), atendendo desta forma as demandas desta UJ.

A meta física prevista foi de 7.351 alunos matriculados, sendo que foram efetivamente realizadas 5.361, informamos que na meta física prevista foram considerados os alunos dos projetos PARFOR e PROCAMPO, bem como a criação de novas vagas referentes aos Cursos do REUNI que não foram implantados no exercício de 2013. Outra meta realizada dentro desta ação foi o atendimento de 18 alunos do Curso de Residência Médica, sendo que os recursos foram provenientes de Emenda Parlamentar.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.20RX.0016			<b>Tipo:</b> Orçamento da Seguridade Social			
<b>Descrição</b>	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
<b>Objetivo</b>	Promover mecanismos de financiamento das Instituições Hospitalares, considerando os Planos de Reestruturação apresentados, possibilitando, inclusive, a melhoria dos processos de gestão; a adequação da estrutura física; a recuperação e modernização do parque tecnológico; a reestruturação do quadro de recursos humanos; o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, com base na avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde. <b>Código:</b> 302						
<b>Programa</b>	Educação Superior		<b>Código:</b> 2032	<b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	17.200.000,00	17.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0016	Unidade reestruturada		01	01	01	00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	<b>Unidade reestruturada</b>		<b>01</b>	<b>01</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (20RX)

Esta UJ foi contemplada nesta ação com valor de R\$ 17.200.000,00 (dezesete milhões e duzentos mil reais) para iniciar a primeira etapa de construção do Hospital Universitário. O referido crédito, no ato da liberação do orçamento, foi automaticamente bloqueado pela SOF aguardando a apresentação do projeto arquitetônico da obra para posterior liberação do mesmo.

A meta física não foi realizada em razão de vícios insanáveis no projeto arquitetônico e de engenharia, que causaria dificuldade de credenciamento da UNIFAP junto a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2004.0001					<b>Tipo:</b> Orçamento da Seguradora Social	
<b>Descrição</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
<b>Objetivo</b>	Conceder em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. <b>Código: 301</b>						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código:2109 Tipo:</b> Atenção Básica						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	618.158,00	961.758,00	885.155,93	807.008,43	807.008,43	0,00	78.147,50
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
2606	Pessoa Beneficiada	Unidade	474	0	1641		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	<b>Pessoa Beneficiada</b>		<b>Unidade</b>	<b>00</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (2004)

A dotação orçamentária inicial desta ação foi de R\$ 618.158,00 (seiscentos e dezoito mil cento e cinquenta e oito reais) sendo suplementado no valor de R\$ 343.600,00 (trezentos e quarenta e três mil e seiscentos reais), totalizando o valor de R\$ 961.758,00 (novecentos e sessenta e um mil setecentos e cinquenta e oito reais).

Para atender as despesas com ressarcimento assistência médica/odontológica, foi destinado o valor de R\$ 883.600,00 (oitocentos e oitenta e três mil e seiscentos reais), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 807.008,43 (oitocentos e sete mil oito reais e quarenta e três centavos).

Para os exames periódicos foi destinado o valor de R\$ 78.158,00 (setenta e oito mil cento e cinquenta reais), valor este Inscrito em Restos a Pagar Não Processados, tendo em vista que o processo licitatório somente foi concluído no mês de novembro 2013, ocasião em que foi emitida nota de empenho.

A meta física prevista era de 474 servidores beneficiados, sendo que foram alcançados 1.641, em função da contratação de novos servidores.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2010.0001				<b>Tipo:</b> Seguridade Social		
<b>Descrição</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
<b>Objetivo</b>	Conceder benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. <b>Código:</b> 365						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código:</b> 2109						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	60.000,00	72.100,00	67.489,58	67.489,58	67.489,58	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
926	Criança Atendida	unidade	76	95	95		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Criança Atendida		Unidade	0	

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (2010)

A despesa inicialmente autorizada para esta UJ foi na ordem de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo suplementada, através de crédito adicional, no valor de R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais), totalizando o valor de R\$ 72.100,00 (setenta e dois mil e cem reais). Foram empenhados, liquidados e pago o valor de R\$ 67.489,58 (sessenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), que corresponde a 94% (noventa e quatro por cento) da dotação total.

A execução ocorreu dentro da normalidade, e não houve ações que superaram de forma significativa o seu desempenho.

Na presente ação, a meta física prevista foi de 76 crianças atendidas, no entanto foram alcançadas pelo benefício o total de 95 crianças, devido a contratação de novos servidores.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2011.0001				<b>Tipo:</b> Seguridade Social		
<b>Descrição</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
<b>Objetivo</b>	Promover o pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código:</b> 2109						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	157.020,00	157.020,00	104.907,59	104.907,59	104.907,59	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2606	Pessoa Beneficiada		Unidade	73	253	253	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0,00	0,00	0,00	<b>Pessoa Beneficiada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (2011)

A dotação desta ação foi de R\$ 157.020,00 (cento e cinquenta e sete mil e vinte reais), sendo efetivamente empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 104.907,59 (cento e quatro mil novecentos e sete reais e cinquenta e nove centavos), que representa 67% (sessenta e sete por cento) do crédito concedido, portanto, a execução ocorreu dentro do previsto, sem alterações significativas.

A meta física prevista para a execução desta ação foi de 73 servidores beneficiados, sendo beneficiados 253 servidores, em função da contratação de novos servidores.



Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2109.2012.0001				<b>Tipo:</b> Seguridade Social		
<b>Descrição</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
<b>Objetivo</b>	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório. <b>Código: 306</b>						
<b>Programa</b>	Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código:</b> 2109						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	1.980.000,00	2.900.300,00	2.844.213,80	2.844.213,80	2.844.213,80	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
2606	Pessoa Beneficiada		Unidade	543	744	744	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0,00	0,00	0,00	<b>Pessoa Beneficiada</b>	<b>Unidade</b>	<b>00</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (2012)

Foi destinado para a esta ação inicialmente o valor de R\$ 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil reais), sendo suplementada no valor de R\$ 920.300,00 (novecentos e vinte mil e trezentos reais), totalizando o valor de R\$ 2.900.300,00 (dois milhões novecentos mil e trezentos reais).

Na sua execução foi empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 2.844.213,80 (dois milhões oitocentos e quarenta e quatro mil duzentos e treze reais e oitenta centavos), que corresponde a 98% (noventa e oito por cento) da dotação total.

Ressaltamos que não foram apresentados problemas na execução desta ação, salientando que a suplementação recebida, foi para atender as despesas com auxílio alimentação de novos servidores nomeados para compor o quadro efetivo desta IFES.

A meta prevista era de 573 servidores beneficiados, sendo que foram atendidos 744, em virtude da contratação de novos servidores.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.4002.0016			<b>Tipo:</b> Orçamento Fiscal			
<b>Descrição</b>	Assistência ao Estudante do Ensino Superior						
<b>Objetivo</b>	Garantir apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. Promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior. <b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	4.446.095,00	4.446.095,00	4.417.135,57	2.542.315,94	2.537.262,68	0,00	1.874.819,63
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
183	Aluno Assistido		unidade	2500	4352	4352	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
2.212.133,24	1.905.857,40	306.275,84	<b>Aluno Assistido</b>		<b>unidade</b>	<b>0</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (4002)

Esta ação tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executando diversos projetos em benefício dos acadêmicos, tais como: auxílio transporte, alimentação, fotocópia, moradia, etc.

Foi destinada para esta ação a dotação no montante de R\$ 4.446.095,00 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e seis mil e noventa e cinco reais), sendo R\$ 4.003.800,00 (quatro milhões três mil oitocentos reais) para atender despesas de custeio, e R\$ 417.579,00 (quatrocentos e dezessete mil quinhentos e setenta e nove reais) para despesas de capital.

Na sua execução foi empenhado o montante de R\$ 4.417.135,57 (quatro milhões quatrocentos e dezessete mil cento e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), que representa 99% (noventa e nove por cento) da dotação total.

Desse montante foi efetivamente liquidado o valor de R\$ 2.542.315,94 (dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil trezentos e quinze reais e noventa e quatro centavos) e pago o valor de R\$ 2.537.262,68 (dois milhões quinhentos e trinta e sete mil duzentos e sessenta e dois

reais e sessenta e oito centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.874.819,63 (um milhão oitocentos e setenta e quatro mil oitocentos e dezenove reais e sessenta e três centavos).

Nesta ação a execução dos créditos de custeio destacamos as seguintes despesas de custeio: Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 1.105.589,48 (um milhão cento e cinco mil quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos), para atender aos auxílios a acadêmicos; Contrato de Terceirização do Restaurante Universitário – R\$ 1.845.306,20 (um milhão oitocentos e quarenta e cinco mil trezentos e seis reais e vinte centavos); Contrato para fornecimento de Vale Transporte (SETAP) – R\$ 684.160,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil cento e sessenta reais); Serviços de fotocópia, também um benefícios concedido aos acadêmicos – R\$ 137.683,00 (cento e trinta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais); dentre outras despesas que totalizaram o valor de R\$ 3.999.556,57 (três milhões novecentos e noventa e nove mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Quanto às despesas de capital destacamos: aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados – R\$ 157.887,00 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e oitenta e sete reais); Mobiliário em Geral – R\$ 151.667,15 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e quinze centavos); aquisição de Software – R\$ 72.959,95 (setenta e dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos), dentro outras despesas que totalizaram o valor de R\$ 417.579,00 (quatrocentos e dezessete mil quinhentos e setenta e nove reais).

Na referida ação, a meta prevista foi de 2.500 alunos assistidos sendo beneficiados 4352 que contribuíram de forma fundamental para a boa execução do Pró Estudante por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, atendendo os seguintes projetos: Alimentação, Transporte, Fotocópias, Cinegrafia, Idiomas, Inclusão Digital, Látex, Monografia, Natação, Cultura.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.4572.0016				<b>Tipo:</b> Seguridade Social		
<b>Descrição</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
<b>Objetivo</b>	Realizar ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. <b>Código:128</b>						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação <b>Código: 2109</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	455.000,00	665.434,00	458.592,46	328.143,27	327.958,96	0,00	130.449,19
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
3369	Servidor capacitado		unidade	175	00	106	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizado	
32.744,31	32.744,31	0,00	<b>Servidor capacitado</b>		<b>unidade</b>	<b>02</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (4572)

Esta ação tem a finalidade de atender as determinações estabelecidas na Lei nº 11.091/2005-PCCTAE, para a realização do Programa de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

A dotação orçamentária inicial foi de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais), com suplementação, através de crédito extraordinário, no valor de R\$ 210.434,00 (duzentos e dez mil quatrocentos e trinta e quatro reais), totalizando R\$ 665.434,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 458.592,46 (quatrocentos e cinquenta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e seis centavos), sendo liquidado o valor de R\$328.143,27 (trezentos e vinte e oito mil cento e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), pago o valor de R\$ 327.958,96 (trezentos e vinte e sete mil novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), e Inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 130.449,19 (cento e trinta mil quatrocentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos), portanto, a execução dos créditos empenhados representa cerca de 69% (sessenta e nove por cento) da dotação total.

Na execução desta ação o maior volume de gasto se concentrou nas seguintes despesas: Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 219.521,52 (duzentos e dezenove mil quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos); Passagens aérea – R\$ 100.000,00 (cem mil reais); Diárias no País – R\$ 51.334,16 (cinquenta e um mil trezentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos); Serviços de Seleção e Treinamento – R\$ 51.888,48 (cinquenta e um mil

oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos); e demais despesas que totalizaram o valor de R\$ 35.848,30 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito mil e trinta centavos).

A meta física prevista da presente ação foi de 175 servidores capacitados, sendo devidamente capacitados 106 servidores do quadro de pessoal da UNIFAP nos cursos ofertados.

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2032.8282.0016					<b>Tipo:</b> Orçamento Fiscal	
<b>Descrição</b>	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
<b>Objetivo</b>	Garantir apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas. <b>Código: 364</b>						
<b>Programa</b>	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código: 2032</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26286						
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0016	26.903.522,00	34.928.293,00	21.366.592,24	2.500.683,48	2.335.642,63	0,00	18.865.908,76
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
3972	Vaga disponibilizada	unidade	00	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
13.373.146,11	13.353.924,05	19.222,06	<b>Vaga Disponibilizada</b>	<b>unidade</b>	<b>0</b>		

Fonte: SIAFI Gerencial

### ANÁLISE CRÍTICA (8282)

Foi destinado para esta Ação o montante de R\$ 26.903.522,00 (vinte e seis milhões novecentos e três mil quinhentos e vinte e dois reais), sendo R\$ 11.250.700,00 (onze milhões duzentos e cinquenta mil e setecentos reais) para o Grupo de Despesas de Custeio; e R\$ 15.652.822,00 (quinze milhões seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais). Grupo de Despesas de Investimentos; nesta mesma ação foi consignado o valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) proveniente de Emenda Parlamentar, também para despesas de Investimentos.

Dos créditos de custeio R\$ 7.013.160,00 (sete milhões treze mil cento e sessenta reais) foi destinado para atender as demandas do Campus Binacional, no Município de Oiapoque. Em outubro/13 foi efetuado bloqueio de crédito para remanejamento de custeio para capital no valor de R\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais), o que foi prontamente atendido pela SPO no final do exercício.

Ressaltamos que este remanejamento foi solicitado tendo em vista que a empresa contratada para ampliar a infraestrutura do Campus Binacional teve seu contrato reincidento.

A execução dos créditos referente às emendas parlamentar ocorreu dentro do previsto, sendo empenhado o valor de R\$ 2.099.997,00 (dois milhões noventa e nove mil novecentos e noventa e sete reais) em obras; R\$ 244.219,60 (duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e dezenove reais e sessenta centavos) com aquisição de equipamentos de processamento de dados; e R\$ 9.809,20 (nove mil oitocentos e nove reais e vinte centavos) em mobiliário em geral, totalizando o valor de R\$ 2.354.025,80 (dois milhões trezentos e cinquenta e quatro mil vinte e cinco reais e oitenta centavos), que representa 94% (noventa e quatro por cento) da dotação disponibilizada.

No decorrer do exercício houve uma suplementação, proveniente de superávit da União, fonte 0312000000, no valor de R\$ 14.224.771,00 (quatorze milhões duzentos e vinte e quatro mil setecentos e setenta e um reais), sendo 1.358.938,00 (um milhão trezentos e cinquenta e oito mil novecentos e trinta e oito reais) de custeio, e R\$ 12.865.833,00 (doze milhões oitocentos e sessenta e cinco mil oitocentos e trinta e três reais) de capital.

Desta forma foi consignado nesta Ação como dotação final o montante de R\$ 34.928.293,00 (trinta e quatro milhões novecentos e vinte e oito mil duzentos e noventa e três reais), sendo empenhado o valor de R\$ 21.366.592,24 (vinte um milhões trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos) que corresponde a 62% (sessenta e dois por cento) da dotação.

Na sua execução foi liquidado o valor de R\$ 2.500.683,48 (dois milhões quinhentos mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), pago R\$ 2.355.642,63 (dois milhões trezentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos) e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 18.865.908,76 (dezoito milhões oitocentos e sessenta e cinco mil novecentos e oito reais e setenta e seis centavos).

Dentre as despesas que exigiram maior volume de créditos empenhados destacamos: Custeio - Serviços de energia elétrica – R\$ 557.728,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil setecentos e vinte e oito reais); Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 502.720,00 (quinhentos e dois mil setecentos e vinte reais); Monitoria/Estagiários – R\$ 497.327,91 (quatrocentos e noventa e sete mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos); Serviços de Limpeza e Conservação – R\$ 469.600,64 (quatrocentos e sessenta e nove mil seiscentos reais e sessenta e quatro centavos); Manutenção de Bens Imóveis – R\$ 471.040,00 (quatrocentos e setenta e um mil e quarenta reais); Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos – R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais); Suporte de Tecnologia da Informação – R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais); Vigilância Ostensiva – R\$ 113.032,40 (cento e treze mil trinta e dois reais e quarenta centavos); aquisição de Material de Processamento de Dados – R\$ 145.668,05 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinco centavos). Capital – Obras – R\$ 11.848.587,27 (onze milhões oitocentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos); Aquisição de Software – R\$ 1.828.258,00 (um milhão oitocentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e oito reais); Elaboração de Projetos Arquitetônicos – R\$ 1.566.577,56 (um milhão quinhentos e sessenta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos); Acervo Bibliográfico – R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); Equipamentos de Processamento de Dados – R\$ 527.964,45 (quinhentos e vinte e sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos); Mobiliário em Geral – R\$ 217.209,74 (duzentos e dezessete mil duzentos e nove reais e setenta e quatro centavos).

Informamos que as ações objetos de análise abaixo não foram estruturadas em formato de quadros, visto que as mesmas não são acompanhadas no Sistema SIMEC.

Ação: Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino (2109.00M0.0016)

A Dotação autorizada para atender esta Ação foi de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), sendo empenhado seu valor integralmente e posteriormente liquidado o valor de R\$ 34.857,09 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e sete reais e nove centavos) e pago o valor de R\$ 34.730,00 (trinta e quatro mil setecentos e trinta reais).

Foram efetuados os pagamentos das anuidades de 2013 da ANDIFES e UNAMAZ, bem como o reconhecimento de dívida das anuidades em atraso de 2004 a 2012 desta última. Portanto, a execução desta Ação transcorreu dentro do previsto.

Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (2109.09HB.0001)

A Dotação Orçamentária Inicial para esta Ação totalizou o montante de R\$ 7.333.315,00 (sete milhões trezentos e trinta e três mil, trezentos e quinze reais), sendo suplementada através de crédito adicional, no valor de R\$ 1.823.951,00 (um milhão oitocentos e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e um reais), totalizando R\$9.157.266,00 (nove milhões cento e cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e seis reais).

Na sua execução foi empenhado o valor de R\$ 9.057.266,00 (nove milhões cinquenta sete mil duzentos e sessenta e seis reais), sendo efetivamente pago o valor de R\$ 8.223.692,86 (oito milhões duzentos e vinte e três mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos), que representa 91% (noventa e um por cento) das despesas empenhadas.

Sua execução ocorreu dentro do previsto, e isso se deve ao fato de que os créditos desta Ação ter a finalidade de atender despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União.

Ação: Pagamento de Pessoal Ativo da União (2109.20TP.0001)

A Dotação Inicial para esta Ação totalizou o montante de R\$ 34.430.460,00 (trinta e quatro milhões quatrocentos e trinta mil quatrocentos e sessenta reais), sendo suplementada no decorrer do exercício em R\$ 14.559.237,00 (quatorze milhões quinhentos e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais), totalizando o valor de R\$ 48.989.697,00 (quarenta e oito milhões novecentos e oitenta e nove mil seiscentos e noventa e sete reais).

Na execução foi liquidado e pago o valor de R\$ 47.920.563,47 (quarenta e sete milhões novecentos e vinte mil quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), que corresponde a 98% (noventa e oito por cento) da dotação total.

As despesas com maior volume de gastos na folha de pessoal foram: Vencimentos e Salários – R\$ 25.393.668,05 (vinte e cinco milhões trezentos e noventa e três mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinco centavos); Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo – R\$ 12.340.298,78 (doze milhões trezentos e quarenta mil duzentos e noventa e oito reais e setenta e oito centavos); 13º salário – R\$ 3.519.334,47 (três milhões quinhentos e dezenove mil trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos); Gratificação por Exercício de Função Comissionada – R\$ 1.591.788,75 (um milhão quinhentos e noventa e um mil setecentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos); Salário Contrato Temporário – R\$ 1.005.330,56 (um milhão cinco mil trezentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (0089.0181.0001)

O Crédito Inicial para pagamento de proventos de Aposentadorias e Pensionistas desta UJ foi de R\$ 2.067.000,00 (dois milhões e sessenta e sete mil reais), ocorrendo no decorrer do exercício uma suplementação no valor de R\$ 444.673,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e três mil reais), totalizando como dotação final no montante de R\$ 2.511.673,00 (dois milhões quinhentos e onze mil seiscentos e setenta e três reais).

Na execução foi liquidado e pago o valor de R\$ 2.412.549,05 (dois milhões quatrocentos e doze mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), que representa 96%

(noventa e seis por cento) da dotação disponibilizada, garantindo desta forma o pagamento dos servidores civis e pensionistas desta UJ, dentro da normalidade.

### 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

A UNIFAP, por meio da PROPLAN, juntamente com a PROAD, PROGRAD e PROEAC, elaboraram o projeto intitulado Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização dos Gastos, visando desenvolver práticas de sustentabilidade no âmbito da Instituição, tendo como referência, a instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (MPO) que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) que são ferramentas de planejamento que permite ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública tratado no o artigo 16, do decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 e ainda, o Projeto Esplanada Sustentável (PES) instituído em 08 de junho de 2012 através da Portaria Interministerial nº 244 de 06 de junho de 2012, cuja finalidade é integrar ações que visam a melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

A IFES aderiu ao PES, assinando o Termo de Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável com o compromisso de adotar práticas de consumo sustentável, originando o presente projeto. No citado termo a UNIFAP se compromete em reduzir mensalmente custos nos elementos de despesas de acordo com a tabela demonstrativa.

### 3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. Estrutura de Governança

No tocante à governança a UNIFAP dispõe em sua estrutura da AUDINT, do CONSU e do CONDIR.

As atribuições dos órgãos mencionados já se encontram detalhadas nas competências das unidades administrativas da UNIFAP. Em termos gerais, cabe à AUDINT atuar de forma preventiva, acompanhando a execução dos programas e do orçamento e ainda acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU); ao CONSU formular a política da Universidade e traçar diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar e ao CONDIR estabelecer normas, aprovar, acompanhar e fiscalizar as ações pertinentes à execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade.

#### 3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das			X		



responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

**Análise Crítica:**

O preenchimento deste quadro foi participativo, uma vez que houve a reunião de pessoas que representam as áreas estratégicas da unidade, dentre estes o Vice-Reitor e Pró-Reitores.

**Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

**3.4. Sistema de Correição**

A UNIFAP dispõe de uma Coordenação das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de Sindicância, vinculada ao Gabinete da Reitoria. No entanto, além da Portaria nº 136/2012, a qual nomeou a Coordenação da Comissão, esta não possui qualquer regulamentação específica. Sua competência reside em orientar e acompanhar todas as Comissões de PAD e de Sindicância desta IFES.

No ano de 2013 foram instaurados 11 PADs, 16 PADs sumários e 10 sindicâncias investigativas; julgados 05 PADs, 7 PADs sumários e 3 sindicâncias, com a aplicação de 2 advertências.

**3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

A Universidade atende aos preceitos estabelecidos pela Portaria e os processos disciplinares dos exercícios de 2010 a 2013, a exceção de 01 (um), encontram-se devidamente cadastrados e atualizados no sistema CGU-PAD.

**3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

Em relação ao monitoramento e à avaliação do modelo de governança, com a criação da PROPLAN no ano de 2013, esta será a unidade responsável por efetivar estudos e promover tal medida.

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

#### 4.1. Execução das despesas

##### 4.1.1. Programação

##### Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária : 26286			Código UO: 26286		UGO: 154215	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			43.830.775,00		0,00	33.723.471,00
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		16.827.861,00		0,00	5.278.202,00
	Especiais	Abertos	0,00		0,00	0,00
		Reabertos	0,00		0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00		0,00	0,00
		Reabertos	0,00		0,00	0,00
Créditos Cancelados		0,00		0,00	6.200.000,00	
<b>Outras Operações</b>			0,00		0,00	0,00
Dotação final 2013 (A)			60.658.636,00		0,00	32.801.673,00
Dotação final 2012(B)			48.182.769,00		0,00	20.843.571,00
Variação (A/B-1)*100			26%		0	57%
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			35.993.331,00	0,00	0,00	0,00
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		17.070.613,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	5.164.444,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados		5.164.444,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Outras Operações</b>			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013 (A)			53.063.944,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2012(B)			34.648.588,00	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			53%	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

##### 4.1.1.1. Análise Crítica

A dotação inicial destinada a esta UJ para o exercício de 2013 totalizou o montante de R\$ 146.524.253,00 (cento e quarenta e seis milhões quinhentos e vinte e quatro mil duzentos e cinquenta e três reais), sendo R\$ 60.658.636,00 (sessenta milhões seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e trinta e seis reais) para despesas de Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 32.801.673,00 (trinta e dois milhões oitocentos e um mil seiscentos e setenta e três reais) para Outras Despesas Correntes; e R\$ 53.063.944,00 (cinquenta e três milhões sessenta e três mil novecentos e quarenta e quatro reais) para despesas de Investimentos. As suplementações de crédito totalizaram o valor de R\$ 39.176.676,00 (trinta e nove milhões cento e setenta e seis mil seiscentos e setenta e seis reais).

Embora tenha sido reaberto crédito extraordinário no valor de R\$ 5.164.444,00 (cinco milhões cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), para atender demandas de Capital, posteriormente houve o cancelamento do referido crédito.

Foram consignados créditos orçamentários provenientes de emendas parlamentar no total de R\$ 5.300.236,00 (cinco milhões trezentos mil duzentos e trinta e seis reais), porem somente foram liberadas cotas de limite para empenho no valor de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais).

Com relação aos créditos orçamentários destinados para despesas com Pessoal e Encargos Sociais de 2012, nota-se um crescimento de 26% (vinte e seis por cento) na dotação do exercício de 2013, tendo em vista a inclusão dos novos servidores aos quadros desta UJ. Quanto ao Grupo de Outras Despesas Correntes o volume de créditos cresceu em média 57% (cinquenta e sete por cento), já para as despesas com Investimentos o crescimento foi de 53% (cinquenta e três por cento).

#### 4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

**Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	152734	154215	123643032400 50001	0,00	0,00	1.530.336,16
	253002	154215	103042015871 90001	0,00	0,00	38.630,80
	154003	154215	123642032048 70001	0,00	0,00	153.853,26
	154003	154215	12368203020R J0001	0,00	0,00	718.080,80
	153173	154215	12368203020R J0001	0,00	0,00	480.000,00
	257001	154215	10128201520Y D0001	0,00	0,00	26.198,48
	257001	154215	10305201520Y J0001	0,00	0,00	165.810,50
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	240901	154215	195722021209 50001	421.506,00	0,00	0,00
	154003	154215	12364203220G K0001	514.800,00	0,00	0,00
	253002	154215	103042015871 90001	10.069,20	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

### 4.1.3 Realização da Despesa

#### 4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

##### Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: 26286		Código UO: 26286		UGO: 154215	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada (R\$)		Despesa Paga(R\$)		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>8.041.077,21</b>	<b>5.897.253,40</b>	<b>8.013.078,61</b>	<b>5.897.253,40</b>	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	69.943,20	508.521,03	69.943,20	508.521,03	
c) Concorrência	213.062,26	80.954,71	213.062,26	80.954,71	
d) Pregão	7.758.071,75	5.307.777,66	7.730.073,15	5.307.777,66	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.166.961,98</b>	<b>1.103.967,07</b>	<b>1.996.359,96</b>	<b>1.103.967,07</b>	
h) Dispensa	1.639.879,60	979.038,24	1.479.919,30	979.038,24	
i) Inexigibilidade	527.082,38	124.928,83	516.440,66	124.928,83	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>59.869.544,38</b>	<b>49.543.724,25</b>	<b>58.098.917,14</b>	<b>49.543.724,25</b>	
k) Pagamento em Folha	59.375.085,60	49.132.468,15	57.604.564,20	49.132.468,15	
l) Diárias	494.352,94	411.256,10	494.352,94	411.256,10	
<b>5. Outros</b>	<b>8.347.324,76</b>	<b>2.539.137,67</b>	<b>7.799.455,01</b>	<b>2.535.863,17</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>78.424.908,33</b>	<b>59.084.082,39</b>	<b>75.907.810,72</b>	<b>59.080.807,89</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Análise Crítica:

A modalidade de licitação que com maior volume de despesas liquidadas foi Pregão Eletrônico, que totalizou o montante de R\$ 7.758.071,75 (sete milhões setecentos e cinquenta e oito mil setenta e um reais e setenta e cinco centavos), sendo efetivamente pago o valor de R\$ 7.730.073,15 (sete milhões setecentos e trinta mil setenta e três reais e quinze centavos), que corresponde a quase 100% (cem por cento) da despesa liquidada.

Em relação ao exercício de 2012 houve um aumento de cerca de 68% (sessenta e oito por cento) das despesas pagas na modalidade de pregão eletrônico.

As despesas liquidadas de custeio nesta modalidade totalizaram o valor de R\$ 6.994.459,89 (seis milhões novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos); e as de capital totalizaram o montante de R\$ 763.611,86 (setecentos e sessenta e três mil seiscentos e onze reais e oitenta e seis centavos).

Nas contratações diretas, modalidade de Dispensa de Licitação, as despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 1.639.879,60 (um milhão seiscentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos), sendo cerca de 94% (noventa e quatro por cento) de despesas de custeio, como: material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros pessoa jurídica, dentre outras despesas. Quanto a modalidade de Inexigibilidade, totalizou o valor de R\$ 527.082,38 (quinhentos e vinte e sete mil oitenta e dois reais e trinta e oito centavos), cuja despesa com maior volume de recursos liquidados foi serviços de terceiro pessoa jurídica, que totalizou R\$ 463.209,03 (quatrocentos e sessenta e três mil duzentos e nove reais e três centavos).

Não utilizamos no exercício de 2013 despesas através de suprimento de fundos ou cartão corporativo.

As despesas liquidadas com folha de pessoal totalizaram o valor de R\$ 59.375.085,60 (cinquenta e nove milhões trezentos e setenta e cinco mil oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Quanto as despesas liquidadas com Diárias totalizaram o valor de R\$ 494.352,94 (quatrocentos e noventa e quatro mil trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo 420.454,69 (quatrocentos e vinte mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) com Diárias no País, e R\$ 73.898,25 (setenta e três mil oitocentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos).

A execução das despesas ocorreu de maneira satisfatória, sem a ocorrência de ações que pudessem trazer transtornos.

## 4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

## Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					Código UO: 26286		UGO: 154215	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e Salários	46.370.527,05	34.322.451,38	46.370.527,05	34.322.451,38	-	-	45.428.788,65	34.322.451,38
Obrigações Patronais	9.057.266,00	6.982.749,69	9.041.973,08	6.982.749,69	15.292,92	-	8.223.692,86	6.982.749,69
Aposentadorias	1.845.494,24	-	1.845.494,24	-	-	-	1.845.494,24	-
Contratação Temporária	-	1.797.998,12	-	1.797.998,12	-	-	-	1.797.998,12
Demais elementos do Grupo	2.117.091,23	2.444.486,87	2.117.091,23	2.444.486,87	15.292,92	-	2.106.588,45	2.444.486,87
<b>2. Juros e Enc. da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Desp. Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio Financeiro a Estudantes	3.036.322,84	3.188.000,34	2.135.260,69	1.876.236,90	901.062,15	1.311.763,44	2.131.121,87	1.872.962,40
Serviços de Terceiros-P.J	9.195.098,07	4.550.630,78	4.425.877,46	2.536.617,93	4.769.220,45	2.014.012,85	4.254.244,19	2.536.617,93
Locação de mão de obra	3.989.626,83	2.788.876,20	3.350.992,46	2.527.464,81	638.634,37	261.411,39	3.332.226,55	2.527.464,81
Demais elementos do grupo	11.088.085,90	6.768.929,96	7.543.911,59	5.515.479,51	3.544.174,31	1.253.450,45	3.521.305,14	5.515.479,51
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
Obras em andamento	14.433.576,29	13.147.703,51	441.090,12	589.475,74	13.992.486,17	12.558.227,77	441.090,12	589.475,74
Material Permanente	7.688.635,44	4.391.350,98	651.485,95	489.475,08	7.037.149,49	3.901.875,90	649.064,81	489.475,08
Serviços de Terceiros-P.J.	1.908.366,75	42.588,17	6.745,52	1.646,36	1.901.621,23	40.941,81	6.745,52	1.646,36
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>72.839,15</b>	<b>170.180,79</b>	<b>72.839,15</b>	<b>170.180,79</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	72.839,15	170.180,79	72.839,15	170.180,79
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>4.490,01</b>	<b>5.478,88</b>	<b>4.490,01</b>	<b>5.478,88</b>
h) Dispensa	-	5.478,88	-	5.478,88
i) Inexigibilidade	4.490,01	-	4.490,01	-
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.339.865,36</b>	<b>330.741,30</b>	<b>1.314.079,02</b>	<b>330.741,30</b>
k) Pagamento em Folha	1.304.879,17	276.972,37	1.279.092,83	276.972,37
l) Diárias	34.986,19	53.768,93	34.986,19	53.768,93
<b>5. Outros</b>	<b>1.377.906,96</b>	<b>58.781,21</b>	<b>1.350.120,62</b>	<b>58.781,21</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.795.101,48</b>	<b>565.182,18</b>	<b>2.741.528,80</b>	<b>565.182,18</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Análise Crítica:

A modalidade de licitação que com maior volume de despesas liquidadas foi Pregão Eletrônico, que totalizou o montante de R\$ 72.839,15 (setenta e dois mil oitocentos e trinta e nove reais e quinze centavos). A despesa que exigiu maior volume de recursos foi passagens e despesas com locomoção, que totalizou o valor de R\$ 68.759,15 (sessenta e oito mil setecentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos). Em relação ao exercício de 2012 houve uma queda de cerca de 43% (quarenta e três por cento) das despesas pagas na modalidade de pregão eletrônico.

Nas contratações diretas, foi utilizada apenas a modalidade de Dispensa de Licitação, as despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 4.490,01 (quatro mil quatrocentos e noventa reais e um centavo).

Não utilizamos no exercício de 2013 despesas através de suprimento de fundos ou cartão corporativo.

As despesas liquidadas com folha de pessoal totalizaram o valor de R\$ 1.304.879,17 (um milhão trezentos e quatro mil oitocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), para atender os pagamentos do Programa de Residência Médica e Multiprofissional, que totalizaram o valor de R\$ 1.056.892,40 (um milhão cinquenta e seis mil oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), e os Estagiários do PARFOR, no valor de R\$ 248.986,77 (duzentos e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos). Quanto as despesas liquidadas com Diárias foi totalizado o valor de R\$ 34.986,19 (trinta e quatro mil novecentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), todas de deslocamento no País.

As demais despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 1.377.906,96 (um milhão trezentos e setenta e sete mil novecentos e seis reais e noventa e seis centavos), atendendo a despesas de material de consumo, auxílio financeiro a estudantes, auxílio a pesquisador, dentre outras.

A execução das despesas ocorreu de maneira satisfatória, sem a ocorrência de ações que pudessem trazer transtornos.



#### 4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Aux. a Pessoa Física	880.743,66	-	880.743,66	-	370.403,10	-	880.743,66	-
Serviços de Terceiros-PJ	-	1.026.860,71	-	0	-	1.026.860,71	-	0
Serviços Terceiros-P.F	503.400,40	506.529,00	253.262,57	118.216,53	250.137,83	388.312,47	253.262,57	118.216,53
Obrigação Patronal	250.229,36	-	176.148,74	-	74.080,62	-	149.362,40	-
Material de Consumo	-	154.454,21	-	106.907,79	-	47.546,42	-	106.907,79
Demais elementos do grupo	213.902,65	328.644,55	68.759,15	283.782,79	87.842,30	44.861,76	68.759,15	283.782,79
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
Material Permanente	569457,32	1.443.071,86	0	0	569.457,32	1.443.071,86	0	0
Obras e Instalações	-	17.886,10	-	0	-	17.886,10	-	0
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa

No exercício de 2013 está UJ recebeu através de descentralização de crédito, recursos destinados a execução de vários projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, que totalizou o valor de R\$ 4.059.285,20 (quatro milhões cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e um reais e vinte centavos), sendo R\$ 3.112.910,00 (três milhões cento e doze mil novecentos e dez reais), do grupo de despesas de custeio, e R\$ 946.375,20 (novecentos e quarenta e seis mil trezentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) para despesas de capital.

Na execução das descentralizações foi empenhado o valor de R\$ 2.788.136,49 (dois milhões setecentos e oitenta e oito mil cento e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos), que corresponde a 69% (sessenta e nove por cento); foi liquidado o valor de R\$ 1.436.215,32 (um milhão quatrocentos e trinta e seis mil duzentos e quinze reais e trinta e dois centavos), pago R\$ 1.409.428,98 (um milhão quatrocentos e nove mil quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), e, inscrito em restos a pagar R\$ 1.351.921,17 (um milhão trezentos e cinquenta e um mil novecentos e vinte e um reais e dezessete centavos).

As despesas com maior volume de recursos empenhados foram:

- Grupo de Despesas Correntes – Auxílio a Pessoa Física – R\$ 1.251.146,76 (um milhão duzentos e cinquenta e um mil cento e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), referente às bolsas de Residência Médica e Multiprofissional; Serviços de Terceiros Pessoa Física – R\$ 503.400,40 (quinhentos e três mil quatrocentos reais e quarenta centavos), despesas com Estagiários e Diárias a Colaborador Eventual; Encargo Patronal – R\$ 250.229,36 (duzentos e cinquenta mil duzentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos); e demais despesas que totalizaram o valor de R\$ 213.902,65 (duzentos e treze mil novecentos e dois reais e sessenta e cinco centavos).

- Grupo de Despesas de Capital – aquisição de Equipamentos Laboratorial, Hospitalar – R\$ 414.810,32 (quatrocentos e quatorze mil oitocentos e dez reais e trinta e dois centavos); Veículo de Tração Mecânica – R\$ 109.990,00 (cento e nove mil novecentos e noventa reais); Embarcação – R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais); Equipamentos Marítimos – R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais); e demais despesas que totalizaram o valor de R\$ 14.357,00 (quatorze mil trezentos e cinquenta e sete reais).

A Coordenação Geral de Supervisão a Gestão Orçamentária/SPO/MEC, descentralizou no decorrer do exercício de 2013 o montante de R\$ 1.530.336,16 (um milhão quinhentos e trinta mil trezentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), para o pagamento de Bolsas da Residência Médica e Multiprofissional. Foi empenhado o valor de R\$ 1.501.375,12 (um milhão quinhentos e um mil trezentos e setenta e cinco reais e doze centavos), para garantir o pagamento de 45 bolsas.

Foi descentralizado ainda pela referido Coordenação o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para dar suporte ao programa de preceptoria.

O FNDE descentralizou em novembro/13 o valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), para dar continuidade ao projeto do Governo Federal intitulado PROCAMPO. Ressaltamos que não foi possível viabilizar a emissão de empenho, em virtude que não houve tempo hábil para tramitação do processo que solicitava a contratação de empresa para gerenciamento do recurso, tendo em vista o encerramento do prazo para emissão de nota de empenho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES descentralizou o valor de R\$ 1.719.250,00 (um milhão setecentos e dezenove mil duzentos e cinquenta reais), com execução de empenho no valor de R\$ 1.098.964,37 (um milhão noventa e oito mil novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos), que corresponde a cerca de 63% (sessenta e três por cento) da dotação total, para atender os projetos abaixo relacionados:

- PROAP/CAPES – R\$ 164.450,00 (cento e sessenta e quatro mil quatrocentos reais), empenhado R\$ 145.640,47 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos), que corresponde a 89% (oitenta e nove por cento) da dotação descentralizada. As despesas com maior volume de aplicação de recursos foram: Passagens aéreas –

R\$ 75.450,00 (setenta e cinco mil e quatrocentos reais), e Diárias – R\$ 21.787,21 (vinte e um mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos). Os créditos atenderam todos os programas dos cursos de pós-graduação.

- PARFOR – R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), empenhado R\$ 514.920,31 (quinhentos e quatorze mil novecentos e vinte reais e trinta e um centavos), 61% (sessenta e um por cento). . A despesa que concentrou maior volume de recursos foi Estagiários – R\$ 499.124,60 (quatrocentos e noventa e nove mil cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

- UAB – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), empenhado R\$ 23.593,27 (vinte e três mil quinhentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), 12% (doze por cento) da dotação. Executou apenas despesas com Diárias e Passagens.

- Pró-Equipamentos – R\$ 514.800,00 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos reais), empenhado R\$ 414.810,32 (quatrocentos e quatorze mil oitocentos e dez reais e trinta e dois centavos), 81% (oitenta e um por cento) da dotação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT descentralizou em setembro/13 o valor de R\$ 421.506,00 (quatrocentos e vinte e um mil quinhentos e seis reais), para atender o Termo de Cooperação 04.11.0322.00, com aquisição de material permanente, sendo empenhado o valor de R\$ 145.710,00 (cento e quarenta e cinco mil setecentos e dez reais).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA descentralizou, no final de outubro/13, o valor de R\$ 48.700,00 (quarenta e oito mil e setecentos reais), para atender o Termo de Cooperação nº 005/2013. Foi empenhado o valor de R\$ 42.086,00 (quarenta e dois mil e oitenta e seis reais), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 36.986,00 (trinta e seis mil novecentos e oitenta e seis reais).

Em dezembro/13 a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde descentralizou o valor de R\$ 165.810,50 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais e cinquenta centavos), para atender o projeto de Prevenção e Controle da Malária, Termo de Cooperação nº 301/2013; e o valor de R\$ 26.198,48 (vinte e seis mil cento e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), para dar o projeto de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde, porem não houve tempo hábil para execução dos referidos créditos.

### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

**Valores em  
R\$ 1,00**

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	24.310.222,93	13.834.071,44	427.438,97	10.048.712,52
2011	9.475.706,09	1.078.154,67	3.947.150,03	4.450.401,19
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	3.274,50	3.274,50	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.3.1 Análise Crítica

Analisando a execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores, apresentamos as seguintes observações no exercício de 2013:

Os Restos a Pagar Processados referentes ao exercício de 2012 são apresentaram no início de 2013 o valor de R\$ 3.274,50 (três mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), no decorrer do exercício esse valor foi integralmente pago zerando o saldo no final de 2013.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados referentes ao exercício de 2011 foram inscritos o valor de R\$ 9.475.706,09 (nove milhões quatrocentos e setenta e cinco mil setecentos e seis reais e nove centavos), sendo pago no decorrer do exercício o valor de R\$ 1.078.154,67 (um milhão setenta e oito mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), cancelados R\$ 3.947.150,03 (três milhões novecentos e quarenta e sete mil cento e cinquenta reais e três centavos), restando no final do exercício de 2013 um saldo de R\$ 4.450.401,19 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta mil quatrocentos e um reais e dezenove centavos).

Os Restos a Pagar Não Processados do exercício de 2012 totalizaram o valor de R\$ 24.310.222,93 (vinte e quatro milhões trezentos e dez mil duzentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos), em Janeiro/13. Na execução dos referidos créditos, foram pagos o valor de R\$ 13.834.071,44 (treze milhões oitocentos e trinta e quatro mil setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), Cancelados R\$ 427.438,97 (quatrocentos e vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), restando no final do exercício o saldo de R\$ 10.048.712,52 (dez milhões quarenta e oito mil setecentos e doze mil cinquenta e dois centavos).

Do montante de valores inscritos em restos a pagar não processados (2011/2012), que totalizaram R\$ 33.785.929,02 (trinta e três milhões setecentos e oitenta e cinco mil novecentos e vinte e nove reais e dois centavos), finalizou o exercício de 2013 com um saldo de R\$ 14.499.113,71 (quatorze milhões quatrocentos e noventa e nove mil cento e treze reais e setenta e um centavos), que corresponde à gestão de 43% (quarenta e três por cento) do saldo inscrito, e desta forma concluímos que houve um avanço na execução desses créditos, considerando os dados do exercício anterior.

Ressaltamos que os pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar ocorreram de acordo com os procedimentos legais, não ocasionando transtornos para esta UJ.

Verificamos que ainda temos grande dificuldade em executar os créditos dentro do mesmo exercício, tendo em vista que os procedimentos licitatórios, por exemplo, acabam sendo concluídos somente no segundo semestre, impossibilitando a execução na íntegra no mesmo exercício, e com isso ainda tendo um grande volume de despesas sendo inscrita e reinscrita em restos a pagar.

Em relação aos atos legais que autorizam a validade dos RP's de 2012 os mesmos estão amparados pelo Decreto nº 7.654, de 23/12/2011, que determinada em seu Art. 2º que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, portanto o prazo é até 30/06/2014.

**5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.**

**5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.**

**5.1 Estrutura de pessoal da unidade**

**5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

**5.1.1.1 Lotação**

**Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	746	265	40
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	20	01	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	10	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>777</b>	<b>266</b>	<b>40</b>

Fonte: PROGEP

## 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>10</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	10
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>26</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	26
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>03</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	03
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>01</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	01
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>03</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	01
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	02
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>-</b>
<b>6.1. Lotação provisória (§2o- do art. 84 da Lei no- 8.112,)</b>	<b>04</b>
<b>6.2. Redistribuição (art. 37 da Lei no- 8.112,)</b>	<b>07</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>54</b>

Fonte: PROGEP

## 5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

**Quadro A.5.1.2.1** abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ.

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>38</b>	<b>36</b>	<b>12</b>	<b>06</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	38	36	12	06
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>142</b>	<b>118</b>	<b>86</b>	<b>30</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	142	118	86	30
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	02	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>180</b>	<b>156</b>	<b>98</b>	<b>36</b>

Fonte: PROGEP

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	95	215	167	91	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários	02	06	02	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	12	13	7	-
2.3. Funções Gratificadas	25	37	35	19	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	126	270	217	117	26

Fonte: PROGEP



### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	2	70	72	145	204	99
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	1	5	3	1
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	4	13	7	10
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	24	29	25	24	15
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	3	96	106	188	237	125
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: PROGEP

### 5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	19.806.427,56	2.093.320,21	4.217.142,67	13.576.123,34	2.897.362,49	1.038.229,93	209.064,22		82.925,70	<b>43.920.596,12</b>
	2012	15.793.298,12	412.326,00	3.831.847,16	7.563.544,38	1.543.535,12	563.460,27	77.331,92	174.775,05	102.359,59	<b>30.062.477,61</b>
	2011	13.101.443,86	439.540,95	4.645.091,20	1.061.895,01	155.811.302,00	811.704,76	2.502.683,50	-	283.056,72	<b>178.656.718,00</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	962.622,45	-	65.414,29	125.442,61	132.978,09	6.950,02	-	-	-	<b>1.293.407,46</b>
	2012	1388.760,76	-	181.076,01	19.820,39	178.091,05	5.103,52	189.462,53	-	-	<b>1.962.314,26</b>
	2011	697.699,04		117.245,20	67.067,95	81.378,00	2.460,00	53.771,61	-	-	<b>1.019.621,80</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	433.047,79	-	56.971,36	165.893,42	37.062,03	28.396,12	-	-	-	<b>721.370,72</b>
	2012	385.130,86	41.065,92	94.331,90	141.940,22	26.923,40	29.436,59	-	1.736,10	-	<b>720.564,99</b>
	2011	229.505,92	30.013,92	65.157,35	81.985,32	15.487,62	51.836,35	58.379,77	-	24.035,00	<b>556.401,25</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	1.768.070,18	1.477.577,27	451.148,12	1.167.474,50	170.872,46	60.499,09	11.965,64	-	-	<b>5.077.607,26</b>
	2012	1.154.081,11	74.314,68	493.322,61	1.746.110,61	118.416,07	43.485,25	5.779,36	22.094,10	217,80	<b>3.657.821,59</b>
	2011	1.014.443,81	69.035,88	724.037,48	1.842.041,98	122.645,60	39.486,77	515.441,35	-	501,60	<b>4.327.634,47</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	3.671.609,19	615.742,94	702.980,91	1.753.263,05	421.786,76	130.510,13	63.833,21	-	12.904,23	<b>7.372.630,77</b>
	2012	2.530.794,03	34.868,40	680.916,90	1.422.109,50	288.550,98	108.564,97	46.443,35	20.531,77	54,45	<b>5.132.834,35</b>
	2011	2.192.196,83	40.829,00	881.274,46	1.614.488,35	293.919,81	193.712,35	473.311,20	-	47.686,24	<b>5.737.418,24</b>

Fonte:PROGEP

## 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	8	0
1.1 Voluntária	6	-
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	1	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	-	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	8	0

Fonte: PROGEP

### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	3	0
1.1. Integral	2	-
1.2. Proporcional	1	-
<b>2. Em Atividade</b>	11	-
<b>3. Total (1+2)</b>	14	0

Fonte: PROGEP

## 5.1.5 Cadastramento no Sisac

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	271	27	84	47
Concessão de aposentadoria	8	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	279	27	84	47

Fonte: PROGEP

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
---------------	--	---

	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	24	6	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	-	-	-	-
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Totais</b>	24	6	0	0

Fonte: PROGEP

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>	-	-	-	84
<b>Concessão de aposentadoria</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão civil</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de reforma</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão militar</b>	-	-	-	-
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Cancelamento de concessão</b>	-	-	-	-
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	84

Fonte: PROGEP

### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A PROGEP tem adotado como controle interno, a obrigatoriedade da entrega de declaração atestando a não acumulação de cargos públicos. Com o objetivo de evitar a ocorrência desta situação está sendo realizada verificação anual no quadro de servidores desta IFES, mediante encaminhamento de Memorando Circular às Unidades Administrativas e Acadêmicas, solicitando dos servidores Declaração de não acumulação de cargos públicos, no entanto alguns servidores alegam que não tem conhecimento do Memorando que é encaminhado a chefia imediata. Para se alcançar um controle mais efetivo está se verificando junto ao NTI uma ferramenta que possibilite os servidores de preencherem tal declaração no Sistema Integrado de Gestão Universitária (SIGU).

Em decorrência de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), foi publicado o Acórdão nº 1626/2012-Plenário identificando a existência de casos de indícios de acumulação ilegal de cargos. Diante de tal constatação, PROGEP, notificou no ano de 2013, 29 servidores relacionados no Acórdão.

### 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

No exercício de 2013 foram detectados e notificados 29 servidores que se encontravam em situação irregular. Destas notificações resultaram: 15 responderam Processos Administrativos Disciplinares (PAD), 02 solicitaram exoneração da UNIFAP, 09 comprovaram o

desligamento com outro órgão, 01 reduziu carga horária na UNIFAP e 01 está afastado para qualificação e estamos aguardando seu retorno.

Dos 15 PADs formalizados objetivando regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos 06 ainda estão em andamento, 02 comprovaram desligamento com o outro vínculo no decorrer do PAD e terão que devolver o valor recebido da DE no período em que acumulou, 02 foram demitidas, 01 solicitou exoneração da UNIFAP, 02 reduziram carga horária na UNIFAP por estarem afastados para qualificação e 02 comprovaram desligamento com outro vínculo no decorrer do PAD.

#### 5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

##### **Educação Continuada**

Em conformidade à Lei nº 11.091 de 12/01/2005, a UNIFAP realiza anualmente o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento visando promover a educação continuada dos servidores do quadro técnico-administrativo. No ano de 2013 foram realizadas 17 ações de curso, as quais abordaram temas relativos à Gestão Pública, Gestão Educacional, Saúde do Cidadão, Inglês e Francês Instrumental.

Para avaliar o processo de capacitação e participação dos servidores destacam-se dois indicadores:

- Progressões concedidas x nº de servidores participantes; e
- Número de servidores inscritos x servidores participantes nas ações.

No indicador relativo às progressões concedidas/obtidas, destaca-se que ao longo do ano, somente 04 (quatro) progressões por capacitação foram concedidas aos servidores do quadro técnico-administrativo, número reduzido em relação ao ano anterior. Esse resultado se explica pelo fato de que muitos servidores apesar de terem participado dos cursos oferecidos pelo programa de capacitação em 2013, só alcançarão o interstício de 18 meses para progredir no exercício de 2014.

Outro aspecto que se analisa é que do total de 287 servidores do quadro técnico-administrativo da instituição, somente 118 servidores efetivos participaram assiduamente de algum curso oferecido pelo programa em 2013. Deste número, 08 servidores obtiveram carga horária mínima para progressão por capacitação.

No que concerne ao número de inscritos x participantes, houve discrepância entre o número de inscritos por curso e o número de efetivos participantes/concluintes. Seguindo a tendência dos anos anteriores, em 2013 o número de inscritos apresentou-se superior ao número de concluintes.

Verifica-se que o número reduzido de servidores em atividade por setor contribuiu enormemente para a ausência de servidores inscritos em sala de curso. O número de servidores por equipe varia de uma a duas pessoas, impossibilitando, quando na ausência de uma (por motivo de afastamento/licenças ou férias) a outra possa se ausentar do setor para participar de cursos de capacitação ou qualquer outra atividade extra desempenho de sua atividade. Nessa perspectiva, busca-se elaborar um planejamento de cursos que considere essa particularidade, possibilitando a oferta de cursos, particularmente em língua estrangeira, em horários alternativos e com carga horárias diárias menores e no total atinjam a média de 60h visando possibilitar aos servidores aprendizado contínuo.

Na impossibilidade de participação do servidor da instituição em sala de aula/curso, orienta-se aos mesmos para participação em cursos de capacitação à distância, visando estimulá-los à educação contínua e permanente em temas de curso que tenham vinculação ao cargo efetivo ocupado e ao ambiente organizacional em que atua.

As vagas de cursos não preenchidas por servidores da própria instituição são disponibilizadas a servidores de outros órgãos federais no Estado, o que possibilita à UNIFAP otimizar os recursos investidos, assim como a ampliação e disseminação de conhecimentos técnicos e comportamentais a servidores que comumente ficam restritos às tarefas cotidianas do trabalho em

seus órgãos de vinculação. Promovendo o desenvolvimento técnico-profissional de seus servidores a UNIFAP contribui para a melhoria e qualidade de suas atividades em benefício da sociedade usuária de seus serviços, assim como com outras instituições federais cujos servidores participam das ações de capacitação.

### **Programa de Avaliação de Desempenho**

No contexto do Programa de Avaliação de Desempenho são utilizados instrumentos que permitem mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho. O resultado da Avaliação de Desempenho tem a finalidade de subsidiar a Política de Desenvolvimento Institucional e do servidor. Nesse sentido, versa como uma ferramenta que permite avaliar e mensurar, de modo objetivo e sistematizado, como cada servidor está desempenhando a sua função dentro da UNIFAP.

Portanto, a Avaliação de Desempenho é um dos processos mais importantes na Política de Gestão de Pessoas, tendo em vista que, além de alimentar os dados necessários para promover a progressão, apontam os índices de qualidade de vida, condições de trabalho e necessidades de capacitação; acompanha o desenvolvimento dos trabalhos das equipes envolvidas e da eficácia institucional.

No ano de 2013 foram avaliados 27 servidores, sendo que destes, 88,9% (24) tiveram um desempenho considerado “EXCELENTE”, e 11,1% (3), um desempenho considerado “BOM”.

## 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 154215/15278							CNPJ: 34.868.257/0001-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Serviço de Limpeza	07.486.779/0001-46	01/06/2011	31/12/2013	47	56					P
2011	V	O	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	01/07/2012	27/12/2013	38	42					E
2011	V	O	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	27/07/2011	26/06/2014	04	04					P
2012	V	O	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	30/12/2011	26/06/2014	04	04					P
2012	V	O	Serviço de Vigilância	03.350.579/0001-00	13/06/2012	31/07/2013	04	04					E
2012	V	O	Serviço de Vigilância	03.350.579/0001-00	13/06/2012	31/07/2013	04	04					E
2013	V	E	Serviço de Vigilância	34.868.257/0001-81	01/08/2013	31/12/2013	04	04					P
2013	V	E	Serviço de Vigilância	34.868.257/0001-81	01/08/2013	31/12/2013	04	04					P
2013	V	E	Serviço de Vigilância	34.868.257/0001-81	27/12/2013	27/06/2014	06	06					P
2013	V	O	Serviço de Vigilância	13.820.361/0001-26	26/12/2013	31/12/2014	64	64					P

Fonte: PROPLAN

## 5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

**Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 154215/15278							CNPJ: 34.868.257/0001-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	8	O	Serviços de Reprografia	34.871.319/0001	02/01/2013	31/13/2014			*2	2			P

Fonte: PROPLAN



### 5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Durante o exercício de 2013 a UNIFAP enfrentou problemas apenas na execução do contrato de prestação de serviços de vigilância, sendo necessário formalizar 3 processos para contratação emergencial, a saber: 2 para prestação dos serviços nos *Campi* do Laranjal do Jari e Amapá, em virtude da irregularidade de documentação apresentada pela empresa contratada e conforme orientação dos órgãos de controle, e outro para prestação dos serviços no *Campus* de Santana, devido a problemas ocorridos no processo licitatório, no qual foi necessária abertura de novo processo.

Outro ponto relevante é o crescimento da área física da UNIFAP decorrente do programa de expansão em contraponto a restrição do orçamento de custeio que limita a capacidade de contratação dos serviços de limpeza e vigilância.

### 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
<b>1. Nível Superior</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>42</b>	<b>234.221,43</b>
<b>1.1 Área Fim</b>	1	18	18	26	<b>160.701,43</b>
<b>1.2 Área Meio</b>	-	7	7	16	<b>73.520,00</b>
<b>2. Nível Médio</b>	-	-	-	-	-
<b>2.1. Área Fim</b>	-	-	-	-	-
<b>2.2. Área Meio</b>	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>42</b>	<b>234.221,43</b>

Fonte: PROGEP

## 6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

#### 6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Com relação a este subitem, evidencia-se a forma pela qual a UNIFAP realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade, sendo que esta IFES dispõe apenas de veículos próprios.

No que tange a legislação que serve como orientação para o serviço de transporte e a utilização dos veículos oficiais da UNIFAP, esta instituição segue o disposto na Instrução Normativa (IN) nº 3 de 15 de maio de 2008 (dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências; bem como o Decreto nº 6.403 de 17/03/2008 (dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional); a Lei nº 1081, de 13 de abril de 1950 (dispõe sobre o uso de carros oficiais) e a lei nº 9.327/96 (dispõe sobre a condução de veículo oficial), além da Ordem de Serviço nº 002/2008-PROAP/UNIFAP de 04/01/2008.

Com relação ao desfazimento de veículos classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), a UNIFAP segue o disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, bem como a IN nº 3, de 15 de maio de 2008.

A utilização da frota de veículos da instituição torna-se imprescindível no desempenho das atividades administrativas, auxiliando na circulação de materiais, de pessoas, documentos e informações. Além do que, tal atividade é necessária tendo em vista a atual estrutura

administrativa da UNIFAP, o qual conta com 05 (cinco) *Campi* em pleno funcionamento, sendo um deles (Campus Binacional) situado no extremo norte do Estado, no município de Oiapoque.

Por outro lado, do ponto de vista acadêmico, a frota de veículos institucional tem como objetivo criar condições para a troca de conhecimentos entre os diversos parceiros institucionais, bem como a comunidade local e regional, viabilizando assim a realização de seus objetivos voltados ao ensino, pesquisa e extensão.

A UNIFAP tinha a sua disposição na frota de veículos, no final do exercício de 2013, 27 (vinte e sete) veículos, sendo: 01 (um) veículo de transporte institucional – desempenho da função (Reitor), e 26 (vinte e quatro) serviços comuns: transporte de servidores em serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas, tais como: pesquisa, aula de campo etc. Dos 27 veículos, 02 (dois) estão parados e em processo de alienação, tendo em vista a recuperação ser onerosa para a Instituição. A UNIFAP dispõe, ainda, de 04 veículos automotores marítimo com a idade média de 01 a 10 anos, onde 70% tem menos de 4 anos.

No que se refere à idade média da frota, o veículo de transporte institucional foi adquirido no ano de 2012. Os 26 veículos de serviços comuns possuem idade média de 4 anos.

No exercício de 2013 os principais custos para a manutenção da frota foram com: combustíveis e lubrificantes- R\$ 67.343,80 (Sessenta e sete mil trezentos e quarenta e três reais e oitenta centavos); manutenção e conservação de veículos R\$ 53.551,21 (Cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos); seguro obrigatório- R\$ 3.384,50 (Três mil trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos). Informamos que formalmente a UNIFAP faz uso do Controle de deslocamento com dados de saída, quilometragem e percurso. Ressaltamos que esta Instituição não possui em sua frota veículos contratados de terceiros.

A Instituição não dispõe de um plano de substituição de frota. Ademais, optou-se pela aquisição de veículos em função inexistência de recurso orçamentário previsto para locação.

## 6.2 Gestão do Patrimônio

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	ESTADO DO AMAPÁ	7	7
	AMAPA	1	1
	MACAPA	1	1
	MAZAGÃO	1	1
	OIAPOQUE	1	1
	LARANJAL DO JARI	1	1
	SANTANA	1	1
	PORTO GRANDE	1	1
<b>Total Brasil</b>		<b>7</b>	<b>7</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

## 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

**Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154215	0601.00067.500-4	21	3	84.000,00	04/12/2008	-	-	-
	0605.00195.500-3	21	4	14.487.991,44	19/08/2002	-	-	783.397,70
	0607.00013.500-9	21	3	30.375,00	04/11/2013	455.625,00	-	3.952,00
	0609.00041.500-8	21	4	55.440,00	02/12/2002	-	-	57.325,09
	0613.00008.500-6	21	4	46.200,00	19/09/2002	-	-	-
	0615.00058.500-5	21	4	266.600,00	24/03/2003	-	-	10.297,70
	0671.00009.500-9	23	-	420.000,00	04/12/2008	-	-	-
<b>Total</b>							-	854.971,89

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos imóveis de Uso Especial da União

**Análise Crítica:**

As informações pertinentes aos Quadros 6.2.1 e 6.2.2 foram lançadas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Ressaltamos que há somente 1 (um) imóvel fora do sistema, denominado Retiro Belo Vale, localizado no Município de Tartarugalzinho, lote 69. O imóvel citado não está cadastrado no SPIUNET por ainda não ter utilização, visto que sua construção encontra-se em andamento, e neste caso o Sistema não permite cadastrar imóvel sem utilização, conforme o Manual do SPIUNET, em seu item 5.1.2.

Informamos ainda que foram iniciados, em julho/2013, os trabalhos de reavaliações dos imóveis de responsabilidade da UNIFAP, sendo que alguns imóveis, como os dos *Campi*: Mazagão, Laranjal do Jarí e Oiapoque já estão reavaliados.

Com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento dos trabalhos na área patrimonial, foi feita demanda junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no que diz respeito à capacitação dos servidores. A indicação dada pelo órgão foi de que se mantivesse contato com a SPU no Estado do Amapá para solicitar atendimento de treinamento ou capacitação. No entanto, a SPU/AP também enfrenta problemas relativos à escassez de recursos humanos, não sendo possível ainda atender a solicitação de capacitação no exercício de 2013.

### 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	AMAPÁ	1	-
	Oiapoque	1	-
Total Brasil		1	-

Fonte: Divisão de Contratos

#### Análise Crítica:

O imóvel em questão foi locado, em virtude da necessidade de espaço físico para funcionamento das atividades administrativas do *Campus* Binacional, localizado no município de Oiapoque, decorrente do abandono da obra dos prédios para funcionamento das atividades administrativas e de ensino do citado Campus por parte da empresa contratada.

7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013.

## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	

X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <a href="http://www2.unifap.br/nti">www2.unifap.br/nti</a>
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de

	informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 3 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 2 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Fonte: NTI

## 8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013

### 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

#### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.				X	
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais: O preenchimento deste quadro foi participativo, uma vez que houve a reunião de pessoas que representam as áreas estratégicas da unidade, dentre estes o Pró-Reitor de Administração e Planejamento e Diretores envolvidos no					



processo.

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização de Gastos	2013			Considerando a recente implantação do Projeto, ainda não se dispõe de indicadores para mensurar os resultados. Ressalte-se também que no tocante ao consumo de papel, observa-se uma queda de 2012 para 2013, tal situação justifica-se em função de que no exercício passado não foram realizadas aquisições.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	2.683	3.793	375	27.627,40	48.436,61	5.550,00
<b>Água</b>	14.940	14.940	14.961	73.616,40	61.837,20	61.925,82
<b>Energia Elétrica</b>	3.440.164	2.269.821	2.054.260	870.549,38	589.252,87	507.463,50
			<b>Total</b>	971.793,18	699.526,68	574.939,32

Fonte: Setor de Almoxarifado e PCU

9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

## 9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

### 9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

#### Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.650/2011-1	1626/2012	9.1.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Instaure nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa aos servidores apontados na peça 36, relativamente aos indícios de declarações falsas/omissas.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
Síntese da Providência Adotada					
Para atender a determinação foram instaurados 15 Processos Administrativos Disciplinares.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Dos Processos Administrativos instaurados, 02 comprovaram desligamento com o outro vínculo no decorrer do PAD, 02 foram demitidas, 01 solicitou exoneração da Unifap, 02 reduziram a carga horária.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A não conclusão de todos os Processos Administrativos Disciplinares se deu em razão da dificuldade em notificar os servidores.					

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC – 036.186/2012-0	6196/2013	1.7.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Formalize, nas próximas contas da entidade, o rol de responsáveis de acordo com a orientação contida no art. 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO					
Síntese da Providência Adotada					
Na Prestação de Contas do referido exercício foi apresentado o rol de responsáveis conforme solicitado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da legislação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Aplicação da legislação e a execução no sistema SIAFI.					

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC – 024.313/2013-0	3317/2013	1.2.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Designar ao menos 2 (anos) servidores do quadro permanente, além da servidora já existente, para atuar junto a sua Unidade de Auditoria Interna, com fins de atender ao disposto no art. 14 do Decreto 3.591/2000, alterado pelo Decreto 4.400/2002, evitando assim a solução de continuidade nas atividades da citada unidade.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
Síntese da Providência Adotada					
Das vagas disponibilizadas no Concurso Público (Edital 15/2013), dois servidores serão designados para desenvolver suas atribuições na Auditoria Interna.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento da Recomendação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Intervalo de tempo, entre a convocação e a posse dos novos servidores, tendo em vista que a junta médica, atende a UNIFAP, realiza-o somente uma vez por semana.					

Fonte: PROAD

### 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

**Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes em Atendimento no Exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC -015.650/2011-1	1626/2012	9.1.2.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, fundamentar a decisão, anexando no respectivo processo a documentação comprobatória e indicar expressamente o responsável pela medida adotada.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Após a conclusão do processo foi concluído pela licitude de uma acumulação, no entanto, o relatório da comissão ainda não foi analisado pela Procuradoria Jurídica da UNIFAP.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Carência de pessoal para compor as comissões.					

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC – 005.99/2012-0	1707/2012	1.6.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio dos sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de admissão(ões) para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas verificadas no(s) ato(s) de admissão(ões).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
As falhas foram sanadas, porém a Universidade não está cumprindo o prazo de 60 dias devido a carência de servidores no setor responsável pelas demandas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As demandas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas estão cada vez maiores e apesar de novas nomeações ainda existe a carência de pessoal.					

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC – 036.186/2012-0	6196/2013	1.7.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Adote política de divulgação e participação, tendo em vista à percepção e o comprometimento por todos os servidores em relação aos mecanismos de controle instituídos pela entidade, inclusive elaborando parâmetros para a comparação dos objetivos planejados com os resultados alcançados.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Tendo em vista a criação da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), desvinculando-se da Pró-Reitoria de Administração nesse exercício, a PROPLAN através do Departamento de Planejamento, estará implantando a política de controle de sistema interno.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Devido ser uma Pró-Reitoria recém criada, a PROPLAN ainda não está com seu quadro técnico completo.					

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC – 036.186/2012-0	6196/2013	1.7.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Formule política de avaliação de riscos na qual sejam formalizados e identificados os processos críticos, os objetivos e metas, bem como contemplados à avaliação contínua do processo de análise de risco pela entidade.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Tendo em vista a criação da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), desvinculando-se da Pró-Reitoria de Administração nesse exercício, a PROPLAN através do Departamento de Planejamento, estará implantando uma avaliação de risco, que será contemplado a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2015 a 2019) e do Planejamento Estratégico da Instituição.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Devido ser uma Pró-Reitoria recém criada, a PROPLAN ainda não está com seu quadro técnico completo.					

Fonte: PROAD



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC – 024.313/2013-0	3317/2013	1.2.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Implemente, inclusive com previsão normativa, a gestão de riscos na IFES, designando o órgão administrativo responsável por cumprir essa atividade de controle interno.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2015 a 2019) e do Planejamento Estratégico da Instituição será implementada essa gestão de riscos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Devido ser uma Pró-Reitoria recém criada, a PROPLAN ainda não está com seu quadro técnico completo.					

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC – 024.313/2013-0	3317/2013	1.2.4	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
Implemente controles internos com fins de mitigar fragilidades e fraquezas detectadas quando da gestão de riscos a ser realizada pela IFES.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2015 a 2019) e do Planejamento Estratégico da Instituição será implementada esses controles.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Devido ser uma Pró-Reitoria recém criada, a PROPLAN ainda não está com seu quadro técnico completo.					

Fonte: PROAD

## 9.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

### 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### Quadro A.9.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	4.1.2.1 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação			
Aprovar a composição do Comitê Gestor de Segurança de TI, bem como aprovar e também difundir a Política de Segurança da Informação no âmbito da Unidade, conforme determinam as boas práticas de gestão de tecnologia da informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
NUCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NTI)			
Síntese da Providência Adotada			
A UNIFAP já aprovou o Comitê Gestor de Segurança de TI, através da Portaria 1164/2011, de 14/12/2011.e também já publicou a Política de Segurança da Informação na página da UNIFAP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento as determinações das boas praticas de gestão de tecnologia da informação			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	4.1.3.4 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas N°. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação			
Promover o treinamento do quadro de servidores da UJ envolvidos com o fluxo de elaboração de editais, projetos básicos e executivos, acompanhamento contratual, além dos setores responsáveis pela realização de licitações, objetivando a implementação efetiva dos critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e contratações de serviços no âmbito da Unidade			
Providências Adotadas			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Síntese da Providência Adotada			
A UNIFAP esta promovendo através do Programa de Capacitação cursos de elaboração de editais, licitações, contratos aos servidores envolvidos nesta área, além dos mesmos, realizarem capacitações ofertadas por outras instituições. Informamos também, que o Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização de Gastos da UNIFAP já está em fase de conclusão, onde estão inseridos os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e contratações de serviços,			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aplicabilidade da legislação e melhores aquisições de bens e serviços			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Carência de pessoal nas áreas do planejamento e Prefeitura do <i>Campus</i> , responsáveis pela elaboração e implementação das ações.			

**Fonte: PROAD**

**Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	4.1.3.5 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas N°. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIFAP			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Remeter o resultado da sindicância aludida no ofício n° 175/2012-Reitoria, de 21.05.2012 à Controladoria-Geral da União no Estado do Amapá, tão logo seja concluída a apuração do fato.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Após a conclusão do Processo de Sindicância (23125.001644/2012-56), através do Ofício n°. 008/2014-PROAD/UNIFAP foi encaminhada cópia do citado processo a CGU/AP.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendimento a recomendação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Dificuldade na composição da comissão, devido a falta de pessoal.			

Fonte: PROAD

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	4.1.4.5 Constatação	Recomendação 3	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIFAP			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Remeter à CGU-Regional/AP o resultado da sindicância instituída por intermédio do processo nº 23125.003617/2011-37;			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Após a conclusão do Processo de Sindicância (23125.003617/2011-37), através do Ofício nº. 041/2013-PROAP/UNIFAP foi encaminhada cópia do citado processo a CGU/AP.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendimento a recomendação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Dificuldade na composição da comissão.			

Fonte: PROAD

## 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

### Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2.1.1.1 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas N°. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação			
Implementar rotinas de controle da gestão dos bens imóveis, promovendo periodicamente análises sobre a consistência das informações constantes dos sistemas corporativos à disposição da UNIFAP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Gestão está promovendo a reestruturação da Unidade do Patrimônio, dentre as quais destacamos: mudança na função gratificada do responsável pela unidade, lotação de novos servidores, capacitação dos servidores, atualização do SPIUNET e avaliação dos imóveis			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Carência de pessoal capacitado na área envolvida e normatização de procedimentos.			

Fonte: PROAD

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	4.1.4.1 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
UNIFAP			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa a falha apontada, aplicando as sanções cabíveis aos responsáveis.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Ao final da apuração foi requerida a manifestação jurídica necessária para a conclusão da apuração. Dessa forma o processo encontra-se junto aquela Procuradoria para os esclarecimentos requeridos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Em virtude de equívocos cometidos desde o início da sindicância que foram detectados somente ao final da apuração.			

Fonte: PROAD



<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	4.1.4.5 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar responsabilidade de quem deu causa à irregularidade apontada, aplicando as sanções cabíveis aos responsáveis.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Ao final da apuração foi requerida a manifestação jurídica necessária para a conclusão da apuração. Dessa forma o processo encontra-se junto aquela Procuradoria para os esclarecimentos requeridos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Em virtude de equívocos cometidos desde o início da sindicância que foram detectados somente ao final da apuração.			

Fonte: PROAD

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	4.1.4.5 Constatação	Recomendações 2 e 3	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar a diferença entre o valor do serviço licitado e pago e o valor do efetivamente executado, com vistas a ressarcir o Erário dos valores pagos indevidamente à empresa contratada remeter a CGU o resultado da sindicância			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta recomendação foi incluída no processo de sindicância instaurado, o qual em virtude de dúvidas jurídicas foi requerida a manifestação jurídica necessária para a conclusão da apuração. Dessa forma o processo encontra-se junto aquela Procuradoria para os esclarecimentos requeridos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Tendo em vista dúvidas jurídicas acerca da legalidade das providências adotadas durante o processo de apuração recomendada, se fez necessário encaminhar os autos a Procuradoria Federal na UNIFAP para manifestação. Tão logo estas dúvidas jurídicas sejam esclarecidas, comunicaremos a decisão à CGU.			

Fonte: PROAD

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	4.1.4.8 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Promover o levantamento dos valores pagos à empresa contratada, cotejando-os com aqueles constantes na planilha de preços inserida no processo 23125.004066/2008-96, objetivando adequar a execução financeira do Contrato 05/2011 aos preços efetivamente pactuados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta recomendação foi incluída no processo de sindicância não conclusivo.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Dúvidas jurídicas acerca da legalidade de atos detectados na fase de conclusão do Processo de Sindicância.			

Fonte: PROAD

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	4.1.4.8 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa à irregularidade apontada, tomando as providências cabíveis ao caso.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			1710
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Ao final da apuração instaurou-se uma dúvida jurídica e foi requerida a manifestação jurídica necessária para a conclusão da apuração. Dessa forma o processo encontra-se junto aquela Procuradoria para os esclarecimentos requeridos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Dúvidas jurídicas acerca da legalidade de atos detectados na fase de conclusão do Processo de Sindicância.			

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	4.1.4.10 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
Fazer levantamento minucioso dos serviços já prestados e pagos à empresa contratada, cotejando a execução física com a financeira, visando detectar outros serviços que tenham sido pagos e não executados, tomando as medidas necessárias de ressarcimento ao Erário, caso necessário.			
Providências Adotadas			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta recomendação foi incluída no processo de sindicância que se encontra em fase de conclusão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dúvidas jurídicas acerca da legalidade de atos detectados na fase de conclusão do Processo de Sindicância.			

Fonte: PROAD

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	4.1.4.10 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº. 201203083
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa à irregularidade, tomando as medidas cabíveis ao caso.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Esta recomendação foi inclusa no processo de sindicância que se encontra em fase de conclusão.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Dúvidas jurídicas acerca da legalidade de atos detectados na fase de conclusão do Processo de Sindicância.			

Fonte: PROAD

### 9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna está subordinada diretamente ao CONDIR, conforme Artigo 1º do Regimento da AUDINT.

Para a realização das atividades de auditoria, a unidade dispõe de uma sala, localizada no prédio de Gestão de Pessoas, com mobiliário, equipamento de informática, internet e telefone. A UNIFAP não possui em seu quadro técnico o cargo de auditor, sendo a equipe técnica da unidade de auditoria formada por 02 (dois) servidores, pertencentes ao quadro efetivo da UNIFAP. Informamos que conforme recomendação da CGU deverão ser lotados mais 02 (quatro) servidores

Dentre as atividades realizadas, cita-se:

- Elaboração do RAIN/2012;
- Acompanhamento da formalização do processo de prestação de contas;
- Verificação da consistência da folha de pagamento;
- Acompanhamento da efetividade de gestão no Setor de Patrimônio;
- Participação no FONAI/MEC.

As constatações, resultantes das ações de auditoria que geraram 20 (vinte) recomendações, resultando em 08 (oito) atendidas, 07 (sete) não atendidas, 03 (três) atendidas parcialmente e 02 (duas) em andamento.

As rotinas adotadas para o acompanhamento das recomendações foram realizadas, por meio de reiteraões formais e de conversas, com os chefes das unidades envolvidas, e verificação *in loco*, do andamento das providências que foram tomadas.

Quanto à existência de sistemas para o monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna, a unidade ainda não possui essa ferramenta.

Os gestores tomam conhecimento dos resultados dos trabalhos por meio de relatórios, não existindo na unidade um instrumento que dê certificação da aceitação de riscos pela não implementação das recomendações.

Quanto à comunicação à alta gerência e ao CONDIR sobre riscos considerados elevados, a unidade de Auditoria Interna, até o momento, não se deparou com esses tipos de situações.

### 9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	154	30	-
	Entregaram a DBR	91	04	-
	Não cumpriram a obrigação	63	26	-

Fonte: PROGEP

#### **9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações**

No que concerne às providências adotadas, aos servidores que deixaram de atender à solicitação de entrega da DBR, a PROGEP por meio do Departamento de Administração de Pessoal (DAP), expediu memorando circular aos mesmos advertindo-os a respeito das penalidades impostas pela Lei 8.730/93, em seu art. 3º, § único, “b”, que versam sobre as infrações, crimes e faltas graves, concedendo-lhes novo prazo para entrega da mesma.

As DBR são recebidas diretamente na secretaria da PROGEP, em cópias impressas que são arquivadas em pastas próprias no setor de arquivo da Divisão de Pagamento de Aposentados e Pensionistas (DIPAP), não dispondo ainda de um sistema informatizado para o gerenciamento e controle da entrega das declarações. Aquelas que são entregues autorização eletrônica, são arquivadas separadamente para o acesso diretamente da base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB) o qual ocorre por meio do site da Receita. O acesso é permitido somente a pessoas autorizadas, por se tratar de informações sigilosas dos servidores.

Após a entrega da declaração, é feita análise pelo setor responsável, para fazer uma checagem na proporcionalidade entre o patrimônio adquirido e a remuneração recebida pelos servidores.



**9.6 Alimentação SIASG E SICONV****Quadro A.9.6 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV****DECLARAÇÃO**

Eu, **Regina Schinda**, CPF nº 491.626.759-15, **Chefe da Divisão de Contratos**, exercido na **Fundação Universidade Federal do Amapá** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2014.

**Regina Schinda**  
**CPF Nº 491.626.759-15**  
**Chefe da Divisão de Contratos/UNIFAP**

## **10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.**

### **10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

Na UNIFAP a comunicação com a sociedade é realizada, especialmente, pela Assessoria Especial da Reitoria, Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Rádio/TV Universitária, por meio da divulgação, prestação de informações, registro de denúncias, reclamações e sugestões.

A AER desenvolve o papel importante na comunicação interna e externa, por meio do *site* oficial da Instituição ([www.unifap.br](http://www.unifap.br)) que traz informações relativas a cursos, projetos, concursos públicos, serviços oferecidos, eventos e notícias, contribuindo deste modo para a divulgação de informações para comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Com referência a Ouvidoria, este órgão cumpre importante papel na comunicação institucional, com atendimento de forma pessoal e virtual (*on-line*) à comunidade, garantindo o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela Instituição. Em 2013 os atendimentos feitos foram os seguintes: 12 denúncias, 01 elogio, 20 reclamações, 50 solicitações/informações e 01 sugestão.

Cabe destacar também neste tópico o SIC, criado objetivando atender ao que estabelece o inciso XXXIII do art. 5º, o inciso II do § 3º do art. 37 e o § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “todos podem obter dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. E ainda a Lei nº 12. 527/2011 (Lei de Acesso à Informação), regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012.

Neste sentido, O SIC foi instalado com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; conceder o acesso imediato à informação disponível; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações. O atendimento se dá na forma presencial, por *e-mail* e pelo sistema eletrônico do Governo Federal (e-SIC), acessado pelo link <http://www2.unifap.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/>, sendo que no ano de 2013 foram registradas e respondidas 34 solicitações de informações diversas.

Outro canal de comunicação com a comunidade é a Rádio Universitária que foi inaugurada em 2010 tornando-se um canal interativo com a comunidade de um modo geral. Os serviços possuem fins exclusivamente educativos, divulgando eventos acadêmicos, científicos desta Instituição e culturais Estado do Amapá.

Diante do exposto, verifica-se que a UNIFAP vem desenvolvendo a comunicação com a sociedade amapaense de maneira clara e eficiente, fortalecendo laços de confiança e cidadania, de modo a assegurar a visibilidade e a transparência das ações desenvolvidas pela Instituição.

## **11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. (DEFIN)**

### **11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

O atendimento ao que preconizam as NBC T 16.9 e 16.10, tem se dado de forma parcial. Tal é decorrente de questões que limitam a atuação do setor responsável pela gestão do patrimônio da UNIFAP, tais como: insuficiência de pessoal para atender todos os *Campi*, inexistência de uma ferramenta informatizada destinada ao efetivo controle patrimonial e necessidade de capacitação.

A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão, é realizada se utilizando de uma planilha, que foi desenvolvida em conjunto pela Divisão de Materiais (DIMAT) e pelo NTI, que proporcionou a automatização dos referidos cálculos, sendo necessário, entretanto que cada item seja atualizado para o período de depreciação observado. Ocorre que em função da

elevada quantidade de bens depreciáveis existentes na UNIFAP, a realização deste trabalho foi dificultada sobremaneira.

Com o intuito sanar tais problemas, foi feita demanda junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no que diz respeito à capacitação dos servidores envolvidos nos trabalhos de reavaliação dos imóveis. A indicação dada pelo órgão foi de que se mantivesse contato com a SPU no Estado do Amapá para solicitar atendimento de treinamento ou capacitação. No entanto, a SPU/AP também enfrenta problemas relativos à escassez de recursos humanos, não sendo possível ainda atender a solicitação de capacitação no exercício de 2013.

Cabe ressaltar ainda que a UNIFAP está na iminência de adquirir um sistema integrado que conta com um módulo destinado à área em questão.

## 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 11.2.2 Declaração com Ressalva

#### Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			26286
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) 1.4.0.0.0.00.00 – Ativo Permanente – 1.4.2.0.0.00.00 Imobilizado ( Não foi realizada o registro da depreciação por falta de informações por parte do setor de Patrimônio).</p> <p>b) 1.1.2.4.0.00.00 Adiantamento Concedido – 1.1.2.4.2.00.00 – Adiantamento a Pessoal -1.1.2.4.2.01.00 – 13 Salário – Adiantamento ( os valores adiantados nos meses de dezembro/12, jan/13 a out/2013 não condizem com os valores baixados nos meses de novembro e dezembro/13. Informações (valores) extraídas das Folhas de Pagamentos – Demonstrativos de Despesas de Pessoal – DDP. Encaminhado Memorando 147/2013-DEFIN (Proc. 23125.004773/2013-87) para Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal solicitado a regularização da situação).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Macapá (AP)	Data	27/03/2014
Contador Responsável	Maria do Socorro Barbosa Vieira Monteiro	CRC n°	AP-001621/O-4

## 12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

#### 12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Cabe destacar as atividades relativas a área de Tecnologia da Informação, que teve como foco a gestão de segurança da informação e implantação de novos equipamentos e ferramentas visando expandir os serviços oferecidos e garantir maior segurança aos dados e informações processadas.

Foram adquiridos e implantados novos servidores de dados e aplicação, aumentando a capacidade de armazenamento de dados, de disponibilização e acesso aos serviços WEB como site e email, e principalmente com a implantação de novas ferramentas de segurança. Foram implantados procedimentos para rotinas de backup automatizado e o uso de novos serviços de armazenamento de dados.

Quanto aos serviços de internet, foi contratado pela RNP, a expansão de 36Mbps para 80 Mbps de internet. No entanto, apenas a empresa Vocetelecom conseguiu homologar o link de 50 Mbps. Assim, o link total ficou de 68 Mbps. O link com o Campus Santana, mostrou-se bastante estável, e bastante eficiente.

No ano de 2013 também foi adquirido o licenciamento e implantação dos Sistemas SIG, com os seguintes módulos: Sistema de Administração, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, Sistema Integrado de Recursos Humanos e Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas.

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO  
ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE  
UNIDADES AFINS.**

18 Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

**18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores**

**Quadro B.6.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002**

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	86.133.929,68	62.284.841,71	54.389.147,28	45.141.739,59	37.193.538,25
Número de Professores Equivalentes	398	274	254	236,5	172
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	404,5	310	296	258,75	256,25
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	4.558,50	4.380	4.335	5.039	4.886
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	228	241	190	253	146
Alunos de Residência Médica (AR)	43	-	-	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	3.843,12	3.620,09	3.579,06	3.600,10	2.917,36
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	2.870,81	2816,83	2779,94	2.722,27	2.181,82
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	456	482	380	506	292
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	86	-	-	-	-

Fonte: PROPLAN

## 18.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

### Quadro B.6.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	19.642,32	15.183,68	13.737,89	10.993,82	11.589,08
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	8,57	12,04	12,44	13,65	14,38
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	8,44	10,64	10,68	12,48	9,65
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,02	1,13	1,17	1,09	1,49
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,63	0,64	0,64	0,54	0,45
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,05	0,05	0,04	0,05	0,03
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,33	1,06	1,06	1,06	0,88
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,22	3,29	2,94	3,06	2,94
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	50	62	62	62	45

Fonte: PROPLAN

## 18.3. Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

Os Indicadores de Desempenho supramencionados são estabelecidos pelo TCU demonstram o resultado organizacional desta IFES no período de 2009 a 2013.

A UNIFAP levou em consideração três grupos de indicadores, que são: eficiência, eficácia e efetividade, conforme destacados a seguir:

### I - Indicadores de Eficiência:

#### Custo corrente/Aluno equivalente:

**Aluno tempo integral/Professor equivalente:** Percebe-se que desde o exercício de 2009 esse indicador vem diminuindo gradativamente. Apesar de que, entre os anos de 2011 a 2012, esse indicador não teve grandes oscilações (0,40%). Entretanto, essa diminuição fica mais acentuada entre os anos de 2012 a 2013, a qual alcançou 3,47 pontos percentuais. Esse fato justifica-se pelo número de alunos ingressantes na pós-graduação de Residência Médica e Multiprofissional em Saúde Coletiva, também pela diminuição de alunos diplomados comparados ao exercício anterior (2012), este fato deve-se a greve, que alterou o calendário acadêmico e pela contratação de novos servidores docentes por esta Instituição de ensino, em 2013.

**Aluno tempo integral/Funcionário equivalente:** Esse indicador entre os anos de 2011 a 2012, não sofreu grandes oscilações. Entretanto, nos anos de 2012 a 2013 sofreu mudanças significativas, diminuindo 2,2%, haja vista a situação exposta anteriormente, de alunos ingressantes da pós-graduação de Residência Médica e a Multiprofissional em Saúde Coletiva, também pela diminuição de alunos diplomados comparados ao exercício anterior (2012), e pela contratação de novos servidores técnico-administrativos por esta Instituição de ensino, em 2013.

**Funcionário equivalente/Professor equivalente:** Ao realizarmos uma análise no período entre 2012 e 2013 verificamos pequena variação na relação Funcionário Equivalente / Número de Professores Equivalentes, a relação cresceu a uma taxa de 30,48 %, enquanto que o número de Professores Equivalentes aumentou em 45,25%.

## **II - Indicadores de Eficácia**

**Conceito CAPES:** Ao analisarmos esse indicador percebemos que, no exercício de 2013, o mesmo obteve uma variação bastante significativa (3,33), fato este deve-se à implantação do Mestrado em Ciências Farmacêuticas (conceito 3) e a permanência dos conceitos dos cursos já existentes. Informamos que houve equívoco nos cálculos referente aos exercícios anteriores.

**Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD):** Este índice apresenta evoluções no decorrer dos exercícios analisados, devidos os novos provimentos de docentes contratados possuírem a titulação de mestre e doutor, bem como, o retorno dos docentes que estavam afastados para qualificação.

**Taxa de Sucesso na Graduação:** Esse indicador, no ano de 2013, obteve uma redução de 12 (doze) pontos percentuais quando comparado ao resultado alcançado em relação aos anteriores. Esse resultado é consequência da inclusão no cálculo dos supostos alunos ingressantes dos cursos de Educação Escolar Indígena e Ciências Ambientais. Aliado a esse fato, tem-se a diminuição de alunos concluintes, que em 2012 foi de 516 passando para 496, em 2013, tendo em vista que foi considerado para efeito de cálculo o segundo semestre de 2012 e primeiro de 2013, sendo este último, ocasionado pela greve nas instituições.

## **III - Indicadores de Efetividade:**

**Grau de participação estudantil:** No exercício de 2013, houve pequena variação se ao compararmos ao ano de 2012, isso é reflexo do crescimento de, aproximadamente, 6% do número de Alunos da Graduação Tempo Integral, e também pelo aumento de, aproximadamente, 4% no número de Alunos Efetivamente Matriculados na Graduação.

**Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação:** o nível de variação deste indicador está diretamente relacionado ao número de alunos matriculados na Pós-Graduação, considerando que houve variação no GEPE.



## 18.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Valores em  
R\$ 1,00

Quadro B.6.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA)							CNPJ N ° 01.821.471/0001-23						
Projeto		Instrumento Contratual						Convênio					
N°	Tipo	N°	Objeto	Vigência		Valor		N°	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	006	Prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado: 1º Módulo do Projeto de Extensão da Universidade da Mulher.	15/03/2012	15/03/2013	329.437,80	329.437,80						
2	2	007	Prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado: 1º Módulo do Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade.	15/03/2012	15/03/2013	228.116,72	228.116,72						
3	2	016	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do Projeto Estudos orientados de revisão, análise, sistematização de informações científicas e	13/11/2012	31/12/2014	658.732,00	531.764,37						

			publicação na área de medicamentos e insumos para o Sistema Único de Saúde – SUS, no que concerne a pagamento de despesas decorrentes de prestação de serviços por pessoas jurídicas – Geração de publicações técnico-científicas na área de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS com recursos descentralizados pela Nota de Movimentação de Crédito nº 2012NC400401 – Fundo Nacional de Saúde.									
4	1	019	Dar apoio aos projetos de ensino do Curso PROCAMPO (Laranjal do Jari e Mazagão) e PROLIND ofertados pela Fundação Universidade Federal do Amapá no que concerne à gestão administrativa e financeira, com recursos alocados no Orçamento Geral da UNIFAP na Fonte 0112000000 PTRES 044383.	21/11/2012	31/12/2013	816.040,00	569.974,52					

5	1	020	Dar apoio aos projetos de ensino do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar para gestores de escolas públicas - 3ª (terceira) turma, Projeto Pro-Letramento e Pró-Letramento – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ofertados pela Fundação Universidade Federal do Amapá no que concerne à gestão administrativa e financeira, com recursos alocados na Ação programática 2030.20RJ.	21/11/2012	31/12/2013	314.292,00	196.839,00						
6	2	021	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas de extensão aos colaboradores que irão atuar na execução do 2º Módulo de Projeto de Extensão da Universidade da Mulher –2012/2013 ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá.	21/11/2012	31/12/2013	220.420,00	220.420,00						
7	2	022	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas de extensão aos colaboradores que irão atuar na execução do 2º Módulo de Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade – UMAP - 2012/2013, ofertado pela UNIFAP.	21/11/2012	31/12/2013	207.580,00	207.580,00						

8	1-2	023	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - PRÓ-SAÚDE tem como objetivo a construção ou aprofundamento da integração pesquisa-ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, com recursos descentralizados pela Nota de Movimentação de Crédito nº 2012NC400052 – Fundo Nacional de Saúde.	21/11/2012	31/12/2013	143.400,00	0						
9	2	024	Dar apoio ao projeto de pesquisa “Um computador por aluno – UCA” no que concerne à gestão administrativa e financeira, com recursos provenientes do Termo de Cooperação 16064 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, descentralizado através da Nota de Crédito nº 2012NC700128.	21/11/2012	31/12/2013	39.780,00	0						
10	1	025	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do Plano Nacional de Formação de Professores	21/11/2012	31/12/2013	184.948,71	184.948,71						

			da Educação Básica - PARFOR, no que concerne contratação de apoio técnico a Coordenação com recursos descentralizados pela Nota de Movimentação de Crédito nº 2012NC000042 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.										
11	1	24/13	Contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para dar apoio aos projetos de ensino do Curso PROCAMPO (Laranjal do Jari e Mazagão) ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá no que concerne à gestão administrativa e financeira	19/08/2013	31/12/2013	424.000,00	424.000,00						
11	2	031/13	Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) com a finalidade de prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado “Universidade da Maturidade - UMAP-2014”	30/12/2013	31/12/2014	311.010,00	0						
12	2	032	Constitui objeto deste instrumento a contratação	30/12/2013	31/12/2014	278.070,00	0						

			da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) com a finalidade de prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado "Universidade da Mulher (2013-2014).										
13	1	033	Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) com a finalidade de prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado: Programa de Suporte a Extensão da Universidade Federal do Amapá (PROEX 2014).	30/12/2013	31/12/2014	57.960,00	0						
14	1	037	Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para dar apoio aos projetos de ensino do Curso PROCAMPO, ofertado pela UNIFAP no	30/12/2013	31/12/2014	436.016,40	0						

			que concerne à gestão administrativa e financeira, com recursos alocados no Orçamento Geral da UNIFAP.										
				<b>Total</b>	4.649.803,63	2.893.080,12					<b>Total</b>		

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos							
Projeto		Recursos das IFES					
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos		
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor	
006	2	329.437,80	-	-	-	-	
007	2	228.116,72	-	-	-	-	
016	2	658.732,00	-	-	-	-	
019	1	301.040,00	-	-	04	40.450,00	
019	1	515.000,00	-	-	-	-	
020	1	254.470,00	-	-	04	54.540,00	
020	1	34.018,70	-	-	02	8.956,00	
021	2	220.420,00	-	-	14	161.300,00	
022	2	207.580,00	-	-	15	190.750,00	
024	1	424.000,00	-	-	-	-	
031	2	311.010,00	-	-	-	-	
032	2	278.670,00	-	-	-	-	
033	1	57.960,00	-	-	-	-	
037	1	436.016,40	-	-	-	-	

**Tipo:**  
**Ensino**  
**(1) Pesquisa e Extensão**  
**(2) Desenvolvimento Institucional**  
**(3) Desenvolvimento Científico**  
**(4) Desenvolvimento Tecnológico**

Fonte: PROPLAN